

Relatório para Reavaliação do Título da
**Comunidade Quilombola
dos Arturos**
como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais

Belo Horizonte

2025

EXPEDIENTE – GOVERNO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões

Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

Leônidas Oliveira

Secretário Adjunto de Estado de Cultura de Minas Gerais

Josiane de Souza

EXPEDIENTE - IEPHA-MG

Presidente

João Paulo Martins

Diretor de Proteção e Memória

Adriano Maximiano da Silva

Gerente de Patrimônio Cultural Imaterial

Nicole Faria Batista

Gerente de Identificação e Pesquisa

Ana Paula Trindade Gomes

Gerente de Patrimônio Cultural Material

Ângela Dolabela Cãnfora

Diretor de Promoção

Luis Gustavo Molinari Mundim

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

Edwilson Martins

Diretora de Conservação e Restauração

Luciane Andrade Resende

Assessor de Comunicação Social

Saulo Carrilho de Paula

FICHA TÉCNICA IEPHA-MG

Coordenação Geral do Projeto e Coordenação da Pesquisa

Nicole Faria Batista

Pesquisa de Campo

Camilly Souza Aguiar

Fabiany Silva Ferreira dos Santos

Maria Luiza Dias Oliveira

Nicole Faria Batista

Steffane Pereira Santos

Elaboração do Relatório de Reavaliação

Maria Luiza Dias Oliveira

Nicole Faria Batista

Steffane Pereira Santos

Revisão do Relatório de Reavaliação

André Sampaio Furlani

Adriano Maximiano da Silva

Elaboração do Parecer de Revalidação

Nicole Faria Batista

Estagiárias

Camilly Souza Aguiar

Fabiany Silva Ferreira dos Santos

Colaboração

Comunidade Quilombola dos Arturos

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
Governo do Estado de Minas Gerais

FICHA TÉCNICA
PREFEITURA DE CONTAGEM

Coordenação

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique

Pesquisa de Campo

Aniele Fernandes de Sousa Leão

Rafael Braga Diogo

Elaboração do Relatório de Reavaliação

Rafael Braga Diogo

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique

Revisão do Relatório de Reavaliação

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique

Estagiárias

Vinicius Simim Ribeiro

Rayanni de Souza Ribeiro

Gabriele Aparecida Fernandes Viveiros

Ana Carolina de Oliveira Machado

Júnia Souza Manoel

AGRADECIMENTOS

O presente Relatório de Reavaliação da Comunidade Quilombola dos Arturos é, acima de tudo, fruto da resiliência e da resistência que marcam a história centenária dessa comunidade, refletindo sua força, saberes, expressividade e entusiasmo. Esses aspectos foram essenciais para que pudéssemos realizar uma pesquisa detalhada, profunda e carregada de significado. E, assim como é frequentemente mencionado pelos membros da irmandade, não se pode fazer nada sem a permissão de Nossa Senhora do Rosário, por isso, com grande reverência, eles afirmam que ela é a guardiã e senhora de seus caminhos e, em respeito a isso, é a primeira a ser lembrada nesta seção. A elaboração e conclusão deste relatório só foram possíveis graças à acolhida, ao cuidado, aos ensinamentos e aos valiosos momentos de escuta proporcionados por diversos membros da comunidade, diante de todo aprendizado, tempo dedicado – tanto em entrevistas, quanto em conversas informais – gostaríamos de deixar registrado o agradecimento da equipe da Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) do IEPHA-MG à Comunidade Quilombola dos Arturos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade Quilombola dos Arturos, em especial ao presidente Everton Eustaquio da Silva, bem como à Rainha Maria Goreth, ao Mestre José Bonifácio (Bengala), Capitão Jorge Antônio dos Santos, Benzedor Sr. Raimundo Eustáquio da Luz e as figuras de lideranças Gracielly Naiara Silva Veloso, Maria Aparecida do Nascimento Luz, João Carlos Pio de Souza e Hiago Daniel Herédia de Luz.

Expressamos nosso sincero agradecimento à Prefeitura de Contagem e a seus colaboradores pela parceria estabelecida durante a etapa de pesquisa de campo, a qual foi fundamental para a elaboração deste relatório. Agradecemos também ao Diretor de Promoção do IEPHA-MG, Luis Gustavo Molinari Mundim e Debora Raiza Silva ex-analista, Gerente de Patrimônio Cultural Imaterial e Diretora de Proteção e Memória do IEPHA-MG, pela entrevista concedida à equipe, a qual foi essencial para a compreensão do processo de registro realizado em 2014. Reforçamos, ainda, nossa gratidão à equipe da Gerência de Identificação e Pesquisa, a Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural e a Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA-MG, ao Centro do Patrimônio Cultural CEMIG, coordenado pela Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes (APPA – Cultura & Patrimônio) e ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Contagem (COMPAC) que, em conjunto



com a GPCI e a Diretoria de Patrimônio da Prefeitura de Contagem, desempenharam um papel primordial para a realização do Seminário Arturos, intitulado "Patrimônio Quilombola que Resiste – 10 Anos de Reconhecimento"; aproveitamos para agradecer ao Presidente do IEPHA-MG, João Paulo Martins, pela presença, apoio e apresentação durante o seminário. No mais, manifestamos a nossa gratidão à Gerência de Patrimônio Cultural Material e a Diretoria de Proteção e Memória pelo suporte, valorização e contribuição às políticas de salvaguarda da comunidade.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que, com generosidade, permitiram que as vivências, momentos, memórias e ancestralidade se transmutassem em conversas, que se tornariam letras, que se converteram em frases que culminou neste relatório. Nosso agradecimento a cada um que nos recebeu com carinho, quitandas, abraços e compartilharam conosco sua fé, experiências e saberes ancestrais.

LISTA DE ABREVIATURAS

COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Contagem

CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

CONSEC – Conselho Estadual de Política Cultural

DPM – Diretoria de Proteção e Memória

GPCI – Gerência de Patrimônio Cultural e Imaterial

IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

ISA – Instituto Socioambiental

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

REURB - Regularização Fundiária Urbana

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	19
2.1 O Território como garantia de continuidade	19
3. AS PRÁTICAS E EXPRESSÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS35	
3.1. A Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Reinado/Congado da Comunidade dos Arturos	36
3.2. Benzeção	46
3.3. Outras referências culturais.....	53
3.3.1. João do Mato	53
3.3.2. Batuque	56
3.3.3. Folia de Reis	58
3.3.4. Filhos de Zambi	62
3.3.5. Festa da Abolição	64
4. CONTINUIDADE DAS PRÁTICAS E TRANSMISSÃO DA TRADIÇÃO	68
5. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL	73
6. RECOMENDAÇÕES	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
REFERÊNCIAS ORAIS.....	84
APÊNDICE I	85
APÊNDICE II	112
APÊNDICE III	133

1. APRESENTAÇÃO

Ô da licença

Ô da licença

Ô da licença meu povo

Ô da licença mamãe

Ô quando chegar nessa casa meu Deus

Primeiro eu peço licença

É com respeito e “colocando sentido” na escrita que produzimos este Relatório de Reavaliação da Comunidade Quilombola dos Arturos¹ como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais e da cidade de Contagem. A Comunidade foi registrada como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG em maio de 2014 e, no mesmo ano, também foi registrada como patrimônio cultural imaterial municipal pela Prefeitura de Contagem. Em ambas as instâncias, o registro se deu na categoria de Lugares. Além disso, três práticas tradicionais da Comunidade também foram reconhecidas como patrimônio cultural imaterial e inscritas no Livro de Registro das Celebrações, tanto pelo IEPHA-MG, quanto pela Prefeitura de Contagem. São elas: a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o Reinado/Congado e a Benzeção.

A Comunidade Quilombola dos Arturos está localizada na cidade de Contagem, especificamente no bairro Jardim Vera Cruz, região metropolitana da capital mineira. O território foi fundado por Camillo Silvério da Silva, Arthur Camillo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. O primeiro patriarca, Camillo, comprou o terreno em 1888 e, hoje, seus descendentes e companheiros dão continuidade ao seu legado na propriedade herdada. Conforme elucidado pelos pesquisadores Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de

¹ O bem cultural foi inscrito em 2014 no Livro de Registro dos Lugares, com a denominação “Comunidade dos Arturos”, tendo como referência a territorialidade e os modos de vida coletivos ali praticados. Importa destacar, contudo, que a comunidade já havia sido oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares desde 2004. Ao longo dos anos, esse reconhecimento foi se fortalecendo não apenas no interior da própria comunidade, mas também junto às instituições e à sociedade, consolidando a centralidade da identidade quilombola como fundamento de sua organização sociocultural. Diante disso, entende-se ser fundamental que a categoria "quilombola" conste na nomeação atualizada do bem, de forma a refletir com mais precisão a historicidade, os sentidos e os modos de existência do grupo.

Almeida Pereira (2000) em *Negras raízes mineiras: Os Arturos*, em consoante com as informações examinadas, Camillo começa sua história em Minas Gerais ainda no século XIX. No entanto, infelizmente, sua chegada às terras mineiras é marcada pela privação da liberdade, em virtude da escravização ao qual foi submetido. Diante do afastamento involuntário de sua terra natal, algumas informações do passado de Camillo Silvério – como, por exemplo, o nome e origem de seus pais – permaneceram envoltos em um silêncio causado pela violência. Todavia, de acordo com a entrevista concedida por Josina Januária (irmã consanguínea de Arthur Camilo) ao pesquisador Romeu Sabará em 1972 para sua tese de doutorado em Antropologia Social, *Comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil*, o nome de uma de suas avós era Maria Conga de Jesus e seu avô se chamava Felipe, ambos africanos.

Assim como o Dossiê de Registro do IEPHA-MG (2014) apresenta, Felisbina Rita Cândida, mãe de Arthur, é a personificação da raiz africana dos Arturos. Quanto a Camillo Silvério, pai de Arthur e Josina, ele era filho de Maria Silvéria e acredita-se que, em algum momento de sua vivência, entre 1840 e 1893, ele conseguiu alcançar a liberdade e comprar o território de seis hectares em 02 de novembro de 1888, onde a comunidade está estabelecida até os dias de hoje. Embora a propriedade tenha sido comprada ainda na década de 1880 e deixada para os herdeiros de Camilo - entre eles, Arthur Camilo Silvério, José Maria de Oliveira, José Pedro Camilo, Maria Vieira Mendes, Maria Joaquina Félix, Josina Januária da Silva e Izabel Cândida - seu filho, Arthur Camilo, só ocupou o território em meados de 1940, uma vez que, apesar de nascido livre, continuou por muitos anos sob as mazelas reminiscentes do regime escravocrata, vivendo com seus “padrinhos” – àquela época, os escravagistas eram definidos como padrinhos das crianças dos escravizados.

Arthur se casou com Amélia Philomena Diniz, que faleceu precocemente aos 19 anos. Um ano após o falecimento de sua primeira esposa, ele se casou com Carmelinda Maria da Silva, com quem teve 10 filhos: Geraldo Arthur Camilo (16/11/1913), Conceição Natalícia da Silva (03/10/1918), Maria do Rosário da Silva (07/10/1923), Juventina Paula de Jesus (25/01/1925), José Acácio (09/04/1926), Isáira Maria da Silva (06/07/1929), Mario Braz da Luz (02/02/1933), Antônio Maria da Silva (18/07/1935), Joaquim Bonifácio da Silva (03/08/1940),

João Batista da Luz e Maria Januária da Silva - os dois últimos, sem registros que possibilitassem o reconhecimento de suas datas de nascimento.

A trajetória e ancestralidade dos Arturos é sobre resistência, mas também sobre reexistir e reconstruir o espaço, vivências, costumes e até a própria história. Entre as realizações e motivações que permanecem, uma se destaca: a fé. O passado entrelaçado com Nossa Senhora do Rosário tem registros documentados desde 1855, quando José Antônio da Costa Ferreira, reconhecido como um grande escravagista – sendo, inclusive, o escravocrata de Felisbina Rita Cândida, mãe de Arthur Camilo – solicitou provimento para ser zelador da capela de Nossa Senhora do Rosário. Após ocupar o cargo e se tornar o responsável, junto de outros residentes da região, fundaram, em 1867, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A população cativa não participou oficialmente do estatuto e estabelecimento da irmandade, no entanto, conforme exposto no dossiê de registro do IEPHA-MG (2014), era permitido pela irmandade que estes ocupassem qualquer cargo desde que seguissem os requisitos estabelecidos. Entre os documentos da irmandade, estavam diversos livros de receitas e despesas com o nome de Camillo Silvério, descrevendo-o como “Regente do Congado”. Atualmente, a comunidade permanece se organizando a partir do Rosário, no entanto, diferente do passado, sob uma regência própria e independente. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade Quilombola dos Arturos é presidida, atualmente, por Everton Eustaquio da Silva, Arturo de nascimento. Atualmente, os Arturos são referência nacional nas práticas tradicionais e na gestão autônoma de seu território.

No âmbito de proteção do patrimônio cultural imaterial nas duas instituições que registraram os Arturos – IEPHA-MG e Prefeitura de Contagem -, a Comunidade é o terceiro bem cultural registrado em âmbito estadual e o primeiro bem registrado em âmbito municipal. Os Arturos assumem, assim, um lugar pioneiro na política de patrimônio cultural imaterial para as comunidades tradicionais. Sendo, possivelmente, a primeira comunidade quilombola reconhecida como patrimônio cultural imaterial no Brasil, tornou-se, ao longo dos últimos anos, um farol para as políticas de registro e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos tradicionais. O registro como Lugar comprova que o território e a territorialidade são essenciais para a manutenção e transmissão de suas práticas ancestrais e aponta para novos

desafios que o patrimônio cultural precisa refletir, os quais discutiremos nos próximos capítulos.

O patrimônio cultural imaterial é vivo: feito por mestres e mestras em suas relações intrínsecas com seus lugares e territórios de referência. Ele também é dinâmico, pois se estabelece e se reinventa no cotidiano das pessoas e através de gerações. O patrimônio cultural imaterial se faz perceber através de elementos da experiência e vida cultural das comunidades e estão constantemente sujeitos a transformações e adaptações, não sendo possível forçá-los a se manterem estáticos com o passar do tempo. Nesse sentido, a política de patrimônio cultural imaterial prevê a reavaliação do bem registrado a cada 10 anos, com intuito de avaliar a permanência de seus valores patrimoniais e a vitalidade do bem cultural, ou seja, sua continuidade e manutenção ao longo do tempo, bem como suas condições de reprodução naquele momento.

Para isso, o Decreto Estadual do IEPHA-MG nº 42.505, de 15 de abril de 2002², e a Lei Municipal de Contagem nº 4.647 de 27 de dezembro de 2013³, estabelecem um procedimento de gestão dos bens culturais reconhecidos denominado *revalidação de bens culturais de natureza imaterial*. A fim de cumprir as normativas, este relatório, baseado em pesquisa e análise atualizadas, embasa o parecer técnico, o qual será submetido ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais – CONEP e ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Contagem – COMPAC, para apreciação e deliberação a respeito da revalidação do título de patrimônio cultural imaterial da Comunidade dos Arturos.

Os estudos para compor o processo de reavaliação são também uma oportunidade de avaliar o desempenho da política de salvaguarda, a partir de uma perspectiva temporal das ações de mobilização e articulação empregadas pelo poder público em conjunto com a Comunidade dos Arturos. É o momento de voltar no tempo, visitar o dossiê de registro,

² Assembleia Legislativa de Minas Gerais. DECRETO nº 42.505, de 15/04/2002
INSTITUI AS FORMAS DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL OU INTANGÍVEL QUE
CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/42505/2002/#texto>>. Acesso em 04/12/2024.

³ Lei nº 4647, de 27 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura, neste Município. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/lei-ordinaria/2013/465/4647/lei-ordinaria-n-4647-2013-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-cultura-neste-municipio>>. Acesso em 14/01/2024.

realizar entrevistas com novos e velhos atores, organizar, consolidar e produzir novos documentos sobre a prática cultural em questão, além de reestabelecer e repactuar as expectativas e encaminhamentos para a salvaguarda. É, sobretudo, uma oportunidade de autorreflexão acerca da política pública. Esse exercício possibilita rever antigos entendimentos e encaminhamentos, visitar questões que, anos depois, podem parecer ter sido pouco exploradas, identificar novas problemáticas e refletir sobre outras estratégias de atuação. É nesse momento que também podemos avaliar a apropriação da política e do processo de patrimonialização pelos detentores e estabelecer novas parcerias.

Nesse exercício de revisitação foram realizadas entrevistas com lideranças, com os mais jovens e os mais velhos, membros da Comunidade dos Arturos e, também, com antigos gestores do IEPHA-MG que estiveram envolvidos no processo de registro. Também foram realizadas diversas incursões de campo com o objetivo de empreender observações de caráter etnográfico, priorizando o acompanhamento da Festa de Nossa Senhora do Rosário, definida pelo Dossiê de Registro como elemento central da organização social do grupo. Todas essas atividades nos permitiram resgatar as memórias de como se deram os trâmites administrativos e a mobilização da comunidade ao longo do tempo, visitar e atualizar as compreensões sobre o bem cultural, assim como avaliar o desenvolvimento da política ao longo dos últimos anos, com avanços e dificuldades.

Em 2004, o IEPHA-MG recebeu o primeiro pedido de registro relacionado aos Arturos, encaminhado pela Prefeitura de Contagem através da então Secretaria de Educação e Cultura do município, solicitando o reconhecimento das seguintes manifestações: no livro dos saberes, “o modo de fazer da culinária Arturos, do fazer instrumentos e indumentárias utilizados no Congado e na Festa da Libertação”; no livro das celebrações, “as festas, da Abolição em maio, de Nossa Senhora do Rosário em outubro, a Folia de Reis em dezembro, e o João do Mato em dezembro”; e, por fim, no livro das formas de expressão “o canto e dança utilizada nas festas”. Àquela época a solicitação não caminhou internamente, pois o IEPHA-MG ainda não contava com uma gerência destinada ao patrimônio cultural imaterial.

Em 2008, através da Portaria nº 47/08⁴, passam a ser regulamentados os procedimentos e normas internas para instrução dos processos de registro de bens culturais imateriais pelo Instituto, estabelecendo como setor responsável a Gerência de Patrimônio Imaterial - atualmente Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial. Foi a partir desta Portaria que a Gerência se consolidou e, no ano seguinte, teve início a instrumentalização de ferramentas para o processo de registro.

Em 2009, foi realizado em Contagem um seminário sobre Patrimônio Imaterial e Irmandades do Rosário, quando aconteceu a primeira conversa entre o então Gerente de Patrimônio Imaterial do IEPHA-MG, Luis Molinari, e uma das lideranças da Comunidade dos Arturos, Jorge Antônio dos Santos, sobre o pedido de registro da Comunidade como Patrimônio Cultural Imaterial. No mês seguinte ao seminário foi realizada uma reunião entre a equipe do IEPHA-MG e a Comunidade para explicar os trâmites necessários para o processo de registro. Vale ressaltar que, naquele momento, havia apenas um bem cultural registrado como patrimônio imaterial pelo IEPHA-MG, a saber, o Modo de Fazer Queijo Artesanal da Região do Serro, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial em 2002, sob uma política ainda em processo de amadurecimento.

No que diz respeito à gestão municipal, ainda não havia uma legislação própria⁵ para o patrimônio cultural imaterial. Para além dos pedidos de registro encaminhados pela Prefeitura de Contagem, em 2004, a Comunidade dos Arturos fez a solicitação de registro diretamente ao IEPHA-MG, em outubro de 2011.

A partir da criação da Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) do IEPHA-MG, um conjunto de instruções e medidas foram elaboradas a fim de orientar a política de registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Em 2012, foi assinado um Termo de Compromisso entre o IEPHA-MG, a Prefeitura de Contagem e a Comunidade dos Arturos, com o objetivo de desenvolverem em conjunto o *Projeto de inventário para fins de Registro da Comunidade dos*

⁴ IEPHA-MG. PORTARIA Nº 47, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/PORTARIA_IEPHA_47_2008_Procedimentos.pdf>. Acesso em 04/12/2024.

⁵ A Lei Municipal nº 4647/2013, dispõe sobre o sistema municipal de cultura e em seu art.118 institui o registro como patrimônio cultural imaterial do município.

*Arturos*⁶. Ao longo de dois anos a pesquisa foi realizada e a documentação final foi apresentada ao CONEP-MG em 28 de maio de 2014, o qual aprovou o Registro da Comunidade dos Arturos.

As etapas metodológicas para construção deste Relatório de Reavaliação foram construídas de maneira conjunta entre Comunidade dos Arturos, Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial do IEPHA-MG e Diretoria de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura de Contagem, ao longo do ano de 2024. Em agosto, foi realizada uma reunião inicial de alinhamento entre os técnicos do patrimônio cultural da Secretária Municipal de Cultura e do IEPHA-MG, a fim de validar um Plano de Ação para o início das atividades. No mesmo mês, as equipes realizaram a apresentação do Plano de Ação às lideranças da Comunidade, quando foi solicitado alguns ajustes na proposta, sobretudo no que tange à participação da juventude *Artura* no processo, o que foi acatado pelas equipes técnicas.

O Plano de Ação contava com as seguintes atividades: 1) atualização da revisão bibliográfica sobre quilombos, povos tradicionais e os Arturos; 2) realização de entrevistas em profundidade com as lideranças e os mais jovens, bem como com as pessoas de referência dos bens inventariados na ocasião do registro; 3) entrevista com os gestores do IEPHA-MG e Secretaria de Cultura de Contagem à época do registro; 4) acompanhamento das etapas da Festa de Nossa Senhora do Rosário, tida como o principal festejo da comunidade, com intuito de produzir um relato de cunho etnográfico; e 5) organização de um Seminário no território sobre os 10 anos de registro da comunidade, sendo esse, um momento de reflexão coletiva entre os Arturos, órgãos de patrimônio e parceiros.

O acompanhamento das etapas da Festa de Nossa Senhora do Rosário se deu entre os dias 09 e 14 de outubro de 2024. Durante esses dias, a equipe acompanhou a feitura das quitandas, realizou entrevistas e acompanhou o início dos trabalhos festivos com o Candombe, a concentração das guardas e o levantamento dos mastros no sábado à noite, bem como a matina, o encontro de guardas e a missa Conga, realizadas durante o domingo. A equipe finalizou o acompanhamento da Festa na segunda-feira, com a saída da Guarda Mirim.

⁶ Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos, 2014. p, 19.

Os entrevistados foram selecionados com a ajuda das lideranças da Comunidade. Essa escolha teve como objetivo abranger diferentes perspectivas geracionais, bem como levando em conta a participação anterior nas pesquisas para o registro dos Arturos em 2014. Nesse sentido, diversas pessoas de referência da Comunidade foram entrevistadas, a saber: Mestre Bengala, Sr. Raimundo, Capitão Jorge, o presidente da irmandade Everton, Cida, João Carlos Pio, Gracielly Naiara Silva Veloso, Maria Aparecida do Nascimento Luz (Rainha Goreth) e Hiago Daniel Herédia de Luz.

O Seminário Arturos, “Patrimônio Quilombola que resiste – 10 anos de reconhecimento”, organizado pelo IEPHA-MG e Diretora de Patrimônio de Contagem em parceria com a Comunidade dos Arturos e o Centro do Patrimônio Cultural CEMIG, coordenado pela Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes (APPA – Cultura & Patrimônio), ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro na própria sede da Comunidade. A programação do primeiro dia contou com apresentação do Grupo Afro-Brasileiro Arturos Filhos de Zambi, seguida pela posse do Comitê Gestor da Salvaguarda da Comunidade dos Arturos, exibição do Documentário do Registro Bem Imaterial – Comunidade dos Arturos, comentado por Mestre Bengala (Arturos), Nayara Veloso (Arturos), Paulo Rocha (Diretor do Filme) e mediado por Gabrielle Vaz (Prefeitura de Contagem). O segundo dia de seminário dispôs de abertura com a Guarda de Congo Mirim, Oficina de Educação para o Patrimônio para as crianças da Comunidade e roda de conversa Arturos: “Patrimônio Quilombola que Resiste, 10 anos de Reconhecimento”, com membros da comunidade, pesquisadores e gestores públicos.

Como resultado dos esforços empreendidos ao longo do ano de 2024, temos este relatório de reavaliação que, acreditamos, aponta para as principais questões referentes à Comunidade dos Arturos nos últimos 10 anos. Se, por um lado, buscou-se demonstrar as dificuldades enfrentadas pela comunidade, principalmente no que diz respeito ao avanço de empreendimentos urbanos sobre o território, por outro, buscamos evidenciar a vivacidade cultural dos Arturos, expressas em suas várias celebrações e referências culturais, bem como no compromisso e sentimento de pertencimento de seus integrantes. Desse modo, este relatório está dividido em 7 seções, a saber: 1) esta *Apresentação* do bem cultural; 2) um capítulo voltado para reflexões sobre *Território e Territorialidade*, no qual se apresentam as

principais preocupações da comunidade, bem como as estratégias para salvaguardar o território e a comunidade dos Arturos como um lugar do patrimônio cultural; 3) capítulo intitulado *O papel das práticas e expressões culturais da Comunidade Quilombola dos Arturos*, dedicado a uma revisitação de suas principais celebrações e referências culturais; 4) *Continuidade das práticas e transmissão da cultura*; 5) a seção nomeada como *Desafios e possibilidades da apropriação da política de patrimônio cultural*, onde pôde-se refletir sobre o modo como a Comunidade dos Arturos se relaciona estrategicamente com as políticas e os órgãos de proteção do patrimônio cultural e 6) a seção *Considerações Finais* aponta para possíveis ações futuras de salvaguarda. Este relatório ainda conta, como anexo, com os relatos do trabalho campo, bem como as fotografias desses momentos, elaborados pela equipe técnica da GPCI durante a execução da pesquisa.

2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

2.1 O Território como garantia de continuidade

E, se não é essa propriedade, não existia Arturos, né? Eu reforço o que eu disse anteriormente, a vida da gente é guiada por uma questão espiritual, sagrada, religiosa, e eu acho que Camilo [Silvério] foi muito feliz, mesmo diante de tanto sofrimento, né, em adquirir essa propriedade e Arthur [Camilo] mais ainda, por preservar e deixar esse legado para os seus dez filhos, para dar continuidade. Se não fosse essa propriedade, com certeza não existiria Arturos hoje. (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2024)

O Decreto Federal 4.887/2003⁷, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, em seu art. 2º, orienta que são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos as que são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Sendo assim, o território quilombola se constitui pela terra associada das dimensões social, geográfica, histórica e afetiva que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo naquele espaço. O território quilombola seria, então, a soma da terra, dos sentidos e da relação intrínseca entre a materialidade, o espaço e a reprodução de um modo de vida específico e, principalmente, no caso dos Arturos, relacionado à memória e identidade ancestral de matriz africana.

Segundo o antropólogo Paul Little:

Os territórios dos povos tradicionais fundamentam-se em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com

⁷ DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 12/02/2025.

sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little, 2004, p. 265).

Ou seja, quando se trata do patrimônio cultural vinculado às comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais é necessário que as noções de práticas, referências ou bem cultural estejam sempre vinculadas ao seu território e territorialidade. A respeito destes conceitos, contextualizados nas vivências de povos tradicionais, compreende-se assim como definido por Paull Little (2004, p. 253), a territorialidade como parte do esforço coletivo de um grupo social para “ocupar, usar, controlar se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. O que o autor elucidada, é que o território surge, prontamente, das condutas de territorialidade que o grupo social implica e, portanto, é um produto social, cultural e político. Conclui-se que o território age enquanto o suporte físico que é territorializado, ou seja, se tratam, proporcionalmente, de práticas e de relações que são construídas no espaço ocupado (Gallois, 2004).

A concepção de território é constantemente tensionada e passou por diversas definições, “esse conceito está passando por uma modificação substancial que deve expressar alterações mais profundas que vêm ocorrendo nas questões da política” (GOTTMAN, 2012, p. 524). Geograficamente, se trata de uma área delimitada por fronteiras e o que determina sua espacialidade são as relações de posse e propriedade, no entanto, essa percepção não é tomada como uma definição exclusiva, dado que para povos tradicionais, o território se caracteriza por questões particulares, conforme o geógrafo Jean Gottman (2012) diz,

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político (Gottman, 2012, p. 523).

Para Miriam Aprígio (2018), historiadora e membro da Comunidade Quilombola dos Luízes, localizada em Belo Horizonte, quando tratamos de territórios de povos tradicionais localizados em espaços urbanizados, como é o caso da Comunidade dos Arturos, eles enfrentam desafios específicos impostos pelas dinâmicas do capitalismo e o crescimento desenfreado da malha urbana, que ao longo dos anos aproximam-se e usurpam seu território

tradicional. Esse avanço gera impactos diversos como a diminuição das fronteiras tradicionais, empurrando suas cercas e transformando os territórios quilombolas em ilhas no meio das cidades. Obrigando-os a uma luta constante pela manutenção dos seus modos de vida, pelo acesso e utilização de recursos naturais e, enfim, pela autonomia territorial.

Os quilombos possuem um estilo de vida relacionado à tradição “comunal [...] que em nada condiz com a vida urbana” (Aprígio, 2018, p. 62). E é nessa chave de pensamento que Miriam nos apresenta ao conceito de *quilombos em contexto urbano*, “uma vez que os mesmos ‘não são produto do meio’, mas revelam-se, contudo, como sendo ‘produtos apesar do meio’ e ‘para além do meio’” (Aprígio, 2018, p. 62), ao ponto que são espaços de resistência ao sistema opressor racista e do processo de apagamento da presença da população preta, com um modo de vida específico, demarcados por traços e costumes tradicionais.

A descrição a seguir, que Aprígio (2018) faz de sua comunidade, o Quilombo dos Luízes localizado na regional Oeste de Belo Horizonte, evidencia uma condição comum às comunidades quilombolas, as quais tem em seus territórios um lugar onde as relações familiares e laços comunitários são recriados e fortalecidos, geração após geração, possibilitando celebrar a memória de seus antepassados, sua ancestralidade e sua família, e, desse modo, manter os saberes tradicionais relacionados à fé, à religiosidade, aos festejos, aos cantos, às danças, ao toque de instrumentos, à alimentação, à saúde e à relação com a natureza.

É na relação parental e através da ligação ancestral que tem como cenário o território tradicional, sobre o qual a história se recria, e as memórias se reavivam, que a trajetória coletiva cultiva o legado deixado pelos antepassados. Os Luízes contemporâneos, históricos pretos das Piteiras, têm sua identidade alicerçada na relação parental e na ocupação do território. (Aprígio, 2018, p.71)

O Quilombo dos Arturos, de forma muito semelhante ao contexto dos Luízes apresentado por Aprígio (2018), se depara frequentemente com uma realidade árdua de

conflitos territoriais, uma vez que, embora estejam há 137 anos em seu território⁸, o desafio de manter seu espaço em segurança e integridade é constante - ainda que a Comunidade seja mais antiga que a criação do próprio município em que está inserida, a cidade de Contagem⁹. A comunidade é assolada pelo crescimento populacional e expansão imobiliária da terceira maior cidade do estado de Minas Gerais¹⁰, que, nos últimos 20 anos, experienciou uma abrupta expansão urbana, em específico no bairro Vera Cruz, onde a Comunidade está localizada, conforme é possível observar nas imagens de satélite abaixo.



Figura 1: Imagem de satélite da região onde está localizada a Comunidade dos Arturos datada de 2003. Fonte: Google Earth.

⁸ O terreno que ocupam foi adquirido por Camillo Silvério em 1888, segundo registro localizado no Cartório de Imóveis de Betim. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG. Belo Horizonte, 2014.

⁹ A emancipação do Município de Contagem data de 30 de agosto de 1911.

¹⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Contagem possui 621.863 habitantes, consoante a dados de 2022.



Figura 2: Imagem de satélite da região onde está localizada a Comunidade dos Arturos datada de 2013. Fonte: Google Earth.

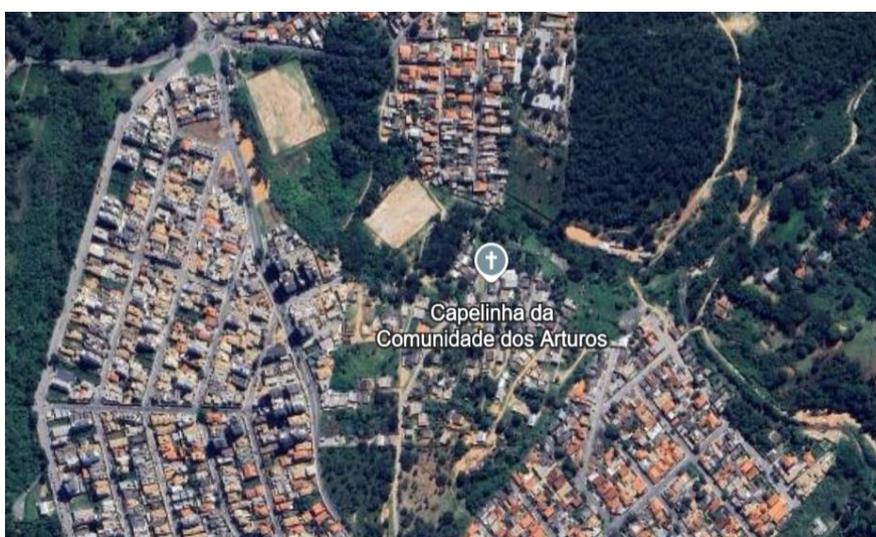


Figura 3: Imagem de satélite da região onde está localizada a Comunidade dos Arturos datada de 2023. Fonte: Google Earth.

São inúmeros os efeitos desse “desenvolvimento”, muitas vezes desordenado, dos centros urbanos. Para uma comunidade tradicional, os problemas e consequências rotineiros, como aumento da especulação imobiliária, grandes empreendimentos, trânsito, sobrecarga dos serviços públicos de energia, água, saúde e educação, gentrificação, entre outros, podem se intensificar de maneira significativa, gerando impactos por vezes irreversíveis.

Então assim, a gente fala que graças a todo esse reconhecimento [...] Da instituição, do IEPHA, que nos deu essa proteção, de que a gente continuasse estar onde estamos, porque é um lugar muito visado. Contagem tá crescendo e crescendo para esses lados, que já não tem mais para onde ir pra lá. Então você vê que tá abarcando aí, Várzea das Flores. Então, a gente tá aí nesse meio de caminho, né? Tem o Rodoanel que ‘tá’ aí beirando a nossa porta, que impacta diretamente na nossa vida

do cotidiano, das nossas tradições... da vida do cotidiano mesmo, de poder ter crianças brincando na rua, estudando em escolas próximas, não tendo que deslocar pra grandes distâncias para poder estudar. Então, assim, impacta muito o crescimento, mas a gente é resistente, né? Nós somos resistência, então, graças a essa perseverança de manter a família unida, de estar todos juntos e toda essa proteção que a gente tem governamental, então a gente consegue se manter, se estabelecer onde estamos. (Aparecida do Nascimento Luz, Cida, em entrevista realizada dia 11 de novembro de 2024)

Ou seja, conforme afirma Cida Luz, para as comunidades tradicionais, a chegada da cidade ao seu quintal também implica na descaracterização de sua paisagem cultural, no impedimento da manutenção da relação com os ambientes naturais de seu entorno-essenciais para manutenção de suas práticas mais básicas de subsistência, cura, devoção e reprodução cultural. Além disso, o conflito entre o modo de vida “urbano” e “tradicional” podem se expressar na marginalização dos grupos e suas práticas, além de poder acentuar a convivência com o racismo presentes nas instituições e no cotidiano externos ao grupo, à medida que a necessidade de interação com vizinhos, comerciantes, instituições públicas e privadas se torna mais crescente.

Segundo entrevista realizada¹¹ com o antigo gestor da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA-MG, Luis Molinari, durante o processo de registro ocorrido entre os anos de 2012 e 2014, a desagregação da comunidade devido à especulação imobiliária da região foi identificada como uma das maiores preocupações dos Arturos, ainda que nenhuma ação para apoiar sua regularização tenha sido elencada nas propostas de salvaguarda descritas pelo Dossiê (IEPHA, 2014). Sendo que o gestor relata que naquele período houve casos em que as famílias sofriam assédio de construtoras para venda e partição do seu território. Segundo Molinari, o argumento dos comunitários é de que se houvesse o fracionamento do terreno, a família seria dividida e as tradições poderiam se perder, o que até o momento foi possível de ser mantido.

O adensamento populacional da cidade traz impactos cotidianos, que se acirram principalmente no período das festas da Comunidade, como na Festa da Abolição e na Festa de Nossa Senhora do Rosário, quando as guardas de Congo e Moçambique realizam cortejos, por exemplo, até a Igreja do Rosário, localizada a menos de 2km do território. Devido ao

¹¹ Entrevista realizada em 05 de dezembro de 2024.

aumento no tráfego de carros, é necessário que a Prefeitura forneça apoio com o fechamento das ruas e a mobilização de guardas de trânsito para a segurança. Outra dinâmica afetada pela urbanização durante os festejos é a ida até o Cruzeiro, localizado na Praça Vereador Josias Belém da cidade. Antigamente os Arturos iam a pé em cortejo até o Cruzeiro, mas por conta do fluxo de carros e do adensamento urbano, tornou-se inviável fazer o trajeto da comunidade até o local a pé, mesmo que ele seja localizado a menos de 3km. Atualmente, é preciso alugar um ônibus para levar toda a Guarda de Moçambique até o local.

Eu tive a transmissão de várias questões sagradas que eram realizadas pelos nossos mais velhos que, infelizmente, hoje a gente não consegue mais fazer da forma com que eles faziam antigamente. Isso é um impacto, né? Então isso é um impacto. Além dessa questão da infraestrutura, de deslocamento para as questões que a gente fazia, né? [...] Por exemplo, antigamente nós íamos com o congado lá no bairro Bernardo Monteiro, a gente ia lá no Retiro fazer festa a pé, a gente ia no centro de Contagem, na Casa da Cultura, que faz parte do que a gente chama de *fundamento* de reinado da nossa comunidade e vários outros bairros, né? Então, assim, antigamente a gente fazia esse trajeto todo a pé, dançando, tocando tambores e dentro da programação que a gente tinha que executar. Hoje, a gente faz com transporte e dificilmente a gente consegue fazer dentro do horário ali estabelecido da programação, isso é um impacto que nós tivemos, né? (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada 4 de novembro de 2024, grifo nosso).

Segundo o Dossiê de Registro dos Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas elaborado pelo IEPHA-MG (2024), no contexto das expressões de matriz africana a palavra “fundamento”, mencionada pelo Capitão Jorge dos Santos na fala acima, está relacionada a

aspectos físicos dotados de referência sagrada, ou ensinamentos, filosofias que orientam as modalidades religiosas. Os fundamentos podem variar de acordo com a matriz, contexto ou regionalidade. Segundo Rohde, comentando fundamentos nas matrizes da Umbanda vai dizer: "Fundamentos, nesta perspectiva, são as bases sólidas e processualmente constituídas – numa metáfora arquitetônica –, tanto materiais/culturais como também espirituais/filosóficas, que caracterizam uma via espiritual-religiosa como a umbanda em sua complexidade e pluralidade" (Rohde, 2010, p. 11). (IEPHA-MG, 2024, p. 35)

Assim como evidenciado pelo relato de Jorge, a comunidade precisa encontrar meios de reinventar seus modos de vida e práticas para garantir a perpetuação de seus fundamentos, ou seja, as manifestações, locais e cosmovisões fundantes para a manutenção

de suas referências culturais. Assim, cabe à política de salvaguarda observar e garantir meios para essas adaptações não interfiram na vivacidade deste patrimônio cultural.

A título de exemplo, o uso dos fogos de artifício em festejos e momentos sagrados, foi uma prática reduzida devido à proximidade da vizinhança. Os fogos de artifício compõem e marcam os momentos rituais da festa, como o início dos trabalhos e o seu fim. É, ainda, uma forma de celebração ao trono coroadado¹² - considerado um dos fundamentos do Reinado do Rosário -, compondo elementos da festividade junto ao som dos tambores, vestimentas e demais entes associados à celebração. Sobre esse fato, Capitão Jorge relatou que os residentes do entorno já levantaram diversas queixas sobre o “barulho” enunciado pelos Arturos. Em virtude disso, a Comunidade diminuiu, ano após ano, o uso dos fogos durante os eventos e, conforme elucidado no relato, o uso dos artifícios não são uma opção aleatória e sim fazem parte do sagrado e fundamentos da comunidade, sendo uma prática ancestral.

[...] a gente tem o costume de utilização dos fogos de artifício, isso é histórico. Isso é sagrado para nós, Arturos. Na nossa festa de Reinado, soltar um foguete não é como um grupo de pessoas que estão assistindo um jogo de futebol, solta foguete para comemorar um gol, não é isso. A gente está ali numa conexão com a ancestralidade. Tudo isso, tudo que a gente realiza na nossa atividade do Reinado tem um significado, tem um sentido. Então, hoje há questionamentos da vizinhança da gente soltar os fogos de artifício (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada 4 de novembro de 2024)

Pesquisadores do Instituto Socioambiental (ISA) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) produziram em 2024 um diagnóstico sobre os impactos de obras de infraestrutura, empreendimentos minerários e sobreposições de imóveis rurais nos territórios quilombolas, o qual identifica que 98% das comunidades quilombolas estão sob risco de impactos ambientais decorrentes de tais empreendimentos¹³. Segundo o estudo, as comunidades quilombolas têm, em sua vivência, a natureza como um elemento fundamental para existência e reprodução de diversas práticas culturais e sagradas, e, nesse sentido, os territórios quilombolas estão entre as áreas de

¹² “Em muitos contextos, a ideia de “trono coroadado”, remete a estrutura ritualística presente nos festejos [do Reinado do Rosário] compostos de Reis e Rainhas, elegidos por herança, por promessa, por indicação espiritual, que ocupam cargo ‘perpétuo’.” (IEPHA, 2024, p.56)

¹³ OVIEDO, LIMA e SOUSA, As Pressões Ambientais nos Territórios Quilombolas no Brasil, 2024. >. Acesso em 02/12/2024. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados>>. Acesso em 02/12/2024.

floresta mais conservadas no Brasil¹⁴, apesar de recorrentemente ameaçadas por interesses privados ou pelo “desenvolvimentismo” promovido pelo Estado (OVIEDO, LIMA e SOUSA, 2024). A Comunidade dos Arturos não está livre dessas intimidações e, com a expansão urbana, o assédio de empreendimentos passa a ser cada vez mais constante.

Essas grandes construções mudam muito a questão, porque hoje a comunidade tem o compromisso com a cultura, mas também com o meio ambiente. E a gente sabe que qualquer empreendimento que for construído, que chega próximo da comunidade, pode mudar o modo de ir e vir, as nascentes acabam sendo impactadas. Nós teremos aqui, a 1 km da nossa capela, onde a gente está aqui agora, a passagem do Rodoanel, então pensa nesse fluxo de trânsito, o quanto essa terra vai se movimentar, o tanto de condições adversas que podem acontecer. (Gracielly Naiara Silva Veloso, em entrevista realizada dia 21 de novembro de 2024)

Conforme sinalizado pela liderança Gracielly Naiara – ou apenas Naiara, como prefere ser chamada – a presença de grandes empreendimentos na região, assim como suas decorrências, é evidente. No caso do Rodoanel, trata-se de um empreendimento de 100km de malha rodoviária, ligando 11 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). O empreendimento é executado pela empresa BHR. A malha rodoviária supracitada passará a cerca de 1km da Comunidade Quilombola dos Arturos, com possíveis impactos negativos sobre o modo de vida da comunidade, como mencionado por Naiara.¹⁵

Modificações urbanas, tais como as mencionadas anteriormente, geram transformações na paisagem natural da comunidade, o que causa impacto nos usos territoriais e nas práticas culturais que acontecem no território:

A população em volta cresceu muito. Primeira coisa que nós perdemos foi as nossas nascentes de água. Com as comunidades jogando tudo para dentro dos córregos, jogando tudo para dentro da nossa comunidade. A gente tinha a nossa área de produção, de plantação, você podia chegar no rio, beber água da mina que a gente tinha. Hoje a gente não tem mais isso, porque tudo foi crescendo. Vão jogar lixo e foi contaminando tudo. Foi contaminando tudo. Então nós perdemos. É... Nós perdemos as nossas nascentes, nós perdemos o controle de frutas do nosso terreno, que a gente tinha tanto, sabe? Nós tínhamos aqui... Nós temos ainda muitos pequizeiros, que a comunidade colhe. Nós tínhamos araticum, araçá, gabirola,

¹⁴ Segundo dados do MapBiomias sobre os territórios quilombolas no país, esses territórios estão entre as áreas de menor desmatamento. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/territorios-quilombolas-estao-entre-as-areas-mais-preservadas-no-brasil/>. Acesso em 14/02/2025.

¹⁵ Rodoanel BH. Ver: <<https://rodoanelbh.com.br/>>. Acesso em 12/02/2025.

tinha vários tipos de frutas. Hoje nós não temos mais, porque é tudo aberto. (José Bonifácio, Sr. Bengala, entrevista realizada em 10 de outubro de 2024).

Como mencionado por José Bonifácio, o Sr. Bengala, Capitão da Guarda de Congo de N. S. do Rosário e uma das lideranças mais velhas da comunidade, a sociobiodiversidade da Comunidade Quilombola dos Arturos é ameaçada pela expansão territorial das cidades. Conforme os relatos, é perceptível que a expansão urbana traz limitações aos modos de vida dos povos tradicionais e os impede de vivenciar plenamente o seu próprio território em diversos âmbitos. O que perpassa, em especial, os usos da água e do solo para plantio, ou seja, seus modos de subsistência, o que ameaça, inclusive, a soberania alimentar da comunidade, na medida em que existe uma dificuldade para cultivo no próprio território. Diante das imagens apresentadas, é possível observar que, naturalmente, o crescimento populacional também aconteceu entre os Arturos; no entanto, este crescimento não segue as mesmas vias de regra que as da urbanização, os modos e vivências resistem e são transmitidos aos mais jovens, mantendo os costumes tradicionais.

As famílias dos Arturos também cresceram, por isso, a comunidade enfrenta uma compressão de sua população dentro da área que conseguiram preservar sob seu domínio até o momento. Questões relacionadas à organização interna do território são uma das preocupações expostas pelas lideranças mais jovens, como Hiago Herédia, de 29 anos, que as descreveu em entrevista cedida ao IEPHA-MG, no dia 10 de outubro de 2024. Hiago expressa que, entre suas preocupações com o futuro, está a necessidade de um espaço onde possa construir sua casa no terreno destinado à sua família, para que possa viver próximo deles e manter uma relação cotidiana de proximidade. Além disso, ele se questiona se as manifestações culturais da comunidade, como o Reinado, terão espaço para continuar sendo realizadas no futuro.

No que se refere às características populacionais da comunidade, vale mencionar que, no ano de 2023, foi realizado um censo independente na Comunidade dos Arturos, pela pesquisadora Elenice Costa e Amanda Virgínia, membro da Comunidade dos Arturos. As responsáveis pelo estudo compartilharam os dados preliminares com a equipe técnica do IEPHA em 2024, tendo em vista que a tese ainda não foi publicada para ser referenciada. Foi identificado que, atualmente, a Comunidade possui aproximadamente 700 pessoas. Destas,

cerca de 360 residem dentro do território, enquanto as demais vivem fora ou não participaram do levantamento. De acordo com o estudo, cerca de 120 famílias moram no território e outras 80 estão fora do território. A necessidade de buscar moradias fora do território tradicional impacta negativamente a relação comunitária dos Arturos e a transmissão dos saberes e práticas, as quais se dão através da oralidade e necessitam, obviamente, do convívio cotidiano entre gerações para se perpetuarem.

A centralidade da territorialidade para manutenção das práticas culturais e do modo de vida arturo, também é marcada por uma materialidade que atua como um suporte na manutenção da memória e identidade dos Arturos, como a casa de Artur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva, conhecida como Casa Paterna, local de forte memória afetiva para a comunidade, que apesar de ter passado por adaptações ao longo dos anos, guarda ainda hoje características de quando o patriarca a matriarca da comunidade compartilhava o local. Com paredes repletas de fotos de mais velhos e ambientes que rememoram um cotidiano familiar, é um exemplo da importância daquilo que é material, palpável e visível.

Atualmente a Casa Paterna é usada como sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Arturos, tendo um cômodo adaptado para escritório e local de guarda de materiais. O desejo da Comunidade é que o local seja utilizado como Centro de Memória dos Arturos.

A Capela existente na Comunidade foi construída entre os anos de 1975-76 e representa o lugar devocional dos Arturo e sagrado para o Reinado, conforme descrito no Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos (IEPHA-MG, 2014, pg.69), “Ocupando um lugar privilegiado Comunidade, [...] poder-se-ia dizer que é o coração da religiosidade dos Arturos. O valor do sagrado, confundindo-se com o valor afetivo e potencializado pelas memórias e vivências religiosas”. A Capela além de ser um local essencial para a realização das celebrações da Comunidade, também é usada como espaço de transmissão dos saberes, de encontro e convivência entre os Arturos. Para além, é nela que são realizadas as atividades de educação para o patrimônio, com as visitas de escolas e demais interessados em conhecer a história da Comunidade.

A Capela também é o local responsável pela guarda de um valioso acervo de objetos e instrumentos sagrados para a Comunidade, sejam os tambores do candombe, as caixas das Guardas de Congo e Moçambique, as coroas de reis e rainhas do Reinado, de bastões, cetros e bandeiras. Além de um altar repleto de imagens de santos, de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, entre outros. Muitas imagens herdadas de seus antepassados e outras que ganham de outras comunidades, guardas e visitantes.

É esse acervo material, de edificações e objetos, que demarcam o território e são suportes para seus usos religiosos, cotidianos e afetivos. É nesse sentido que o patrimônio imaterial é indissociável da materialidade que compõem a vida dos detentores, suas memórias, seus saberes, fazeres e práticas culturais. A garantia do território tradicional traz consigo a garantir da preservação dessas materialidades, dos seus usos e do legado que os ancestrais construíram e deixaram para as gerações atuais.

Ou seja, a segurança estrutural dos territórios também se torna uma ação fundamental de salvaguarda. Nesse âmbito, em 2024, foi iniciada a realização das obras de requalificação destas edificações – Casa Paterna e Capela do Rosário, por meio de parceria do IEPHA-MG com o Ministério Público de Minas Gerais e do programa de restauração e obras no patrimônio chamado *Minas Para Sempre*. Trata-se também de um marco institucional, uma vez que, pela primeira vez, a Gerência de Projetos e Obras do Instituto acompanha e fiscaliza diretamente uma intervenção em bem de natureza imaterial. Perante o exposto, fica evidente o porquê de a segurança territorial ser a principal pauta das comunidades tradicionais. Garantir o território é assegurar a continuidade dos saberes e práticas tradicionais e sua ancestralidade, a soberania alimentar, a organização coletiva, a vida comunitária e o bem viver (Acosta, 2016). Em face a todas essas questões, pontuamos que, apesar da regularização fundiária não ser uma atribuição direta dos órgãos de patrimônio, a política de salvaguarda do patrimônio cultural de comunidades tradicionais se fragiliza quando realizada em territórios não-titulados. Por isso, cabe também aos agentes do patrimônio reunir esforços para a articulação, junto aos setores competentes, de ações que visam garantir a permanência no território e, portanto, a reprodução social e a transmissão dos modos de vida das comunidades detentoras do patrimônio cultural.

Embora o Dossiê de Registro da Comunidade Quilombola dos Arturos, concluído em 2014, não indicasse nenhuma ação de salvaguarda específica voltada para a questão da regularização territorial, desde 2014 a demanda por articulação em torno dessa pauta já era direcionada ao IEPHA-MG pelos próprios quilombolas. Tanto que, nos primeiros esforços para pensar a estrutura de um Comitê de Salvaguarda do grupo, ainda em 2014, já se considerava a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como membro titular, considerado um dos principais agentes para a articulação da salvaguarda. Esse movimento inicial evidencia a centralidade da luta territorial para a Comunidade e a importância da articulação intersetorial como estratégia fundamental para a efetividade da política de salvaguarda. A articulação intersetorial se faz ainda mais necessária nesse contexto, pois a titulação do território tradicionalmente ocupado é de responsabilidade do INCRA, enquanto a regularização do território atualmente ocupado por meio da REURB é de competência da prefeitura municipal.

Ainda que sem a formalização das parcerias intersetoriais em um Comitê Gestor, em anos anteriores diversas tratativas de diálogo e articulação para resolução da demanda territorial foram realizadas ao longo dos últimos 10 anos. Entre 2015 e 2017, foram feitas minutas de Acordos de Cooperação entre INCRA e IEPHA-MG para viabilizar peças técnicas necessárias para a regularização fundiária de territórios tradicionais, como a discussão da possibilidade da cessão do Dossiê de Registro do IEPHA-MG (2014) ao INCRA para a criação do Relatório Antropológico dos Arturos, nos relatos Debora Raiza Silva, historiadora e ex-Gerente de Patrimônio Cultural Imaterial do IEPHA-MG. Devido a troca de gestões estaduais e federais, o tramite acabou não sendo finalizado naquele momento.

Diante das constantes demandas a esse respeito - e considerando que o processo de regularização fundiária de territórios tradicionais, nos moldes do Decreto Federal 4.887/2003, havia se iniciado no INCRA em 2011 e sem finalização até aquele momento - em 2021 o apoio à Regularização Fundiária Urbana (REURB) foi incorporado pelo IEPHA-MG como uma alternativa, ou seja, uma estratégia complementar para garantir a permanência da

Comunidade no território atualmente ocupado¹⁶. Ressaltamos que, por **território atualmente ocupado**, considera-se a área onde a comunidade quilombola está vivendo hoje, ou seja, o espaço onde de fato estão construídas as casas e os espaços de convivência atuais. A REURB, conforme estabelecida pela Lei Federal nº 13.465/2017, consiste em um conjunto de “medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes”. A REURB atua, portanto, para garantir a posse e a segurança jurídica de núcleos urbanos informais já consolidados. Essa definição se enquadra na caracterização da área atualmente ocupada pela comunidade. Assim, a REURB atuaria para a regularização dos limites que os Arturos ocupam hoje, pois essa normativa não prevê a desapropriação e indenização.

Por **território tradicionalmente ocupado**, entende-se a área mais ampla e histórica relacionada à ancestralidade da comunidade, ao seu modo de vida tradicional, às rotas de circulação, áreas de cultivo e práticas religiosas e culturais que remontam à formação do quilombo. Esse território inclui não só o espaço onde a comunidade vive hoje, mas também terras que, historicamente, pertenciam ao grupo e que podem ter sido perdidas, invadidas ou apropriadas por terceiros ao longo do tempo. A titulação do território tradicionalmente ocupado é feita por meio de processos específicos para comunidades quilombolas, que preveem a desapropriação e indenização de ocupantes externos das áreas tradicionais, coordenados pelo INCRA, com base no Decreto 4.887/2003, e não pela REURB.

O IEPHA-MG, por sua vez, não possui atribuição legal para executar processos de regularização fundiária, seja para territórios tradicionais, seja por meio da REURB. Entretanto, reconhecendo que um gargalo significativo para que os órgãos competentes possam efetivar a regularização é a falta de pessoal técnico e de recursos para a elaboração dos documentos necessários. Nesse sentido, o Instituto considerou a demanda histórica de salvaguarda apresentada pelo grupo e buscou contribuir viabilizando essa etapa do processo. Para tanto, em 2020 o IEPHA-MG inscreveu o projeto “Territórios da Tradição: levantamentos fundiários

¹⁶ Em 2018, o IEPHA-MG havia solicitado e apoio o processo de REURB da Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango em Belo Horizonte, também não voltada à titulação do território quilombola tradicionalmente ocupado e sim do núcleo urbano informal ocupado atualmente, ação que serviu de referência para a construção dessa estratégia junto aos Arturos.

para regularização de comunidades em contexto urbano” no Edital Emenda Geral da então deputada federal Áurea Carolina, no eixo Territórios e foi contemplado. Embora o recurso tenha sido destinado ainda em 2021, ele só foi disponibilizado ao Instituto em julho de 2024¹⁷, permitindo o início dos trabalhos no mês seguinte. Com o recurso, foi possível realizar a contratação, via licitação pública, de uma equipe especializada para a produção dos documentos técnicos exigidos para o procedimento de REURB. Desde então, estabeleceu-se uma parceria entre o IEPHA-MG, a Secretaria de Moradia, Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura de Contagem, o INCRA e a Comunidade dos Arturos, com o objetivo de realizar os estudos técnicos e encaminhar o processo de REURB, cujos documentos, além de estarem sendo construídos com a supervisão dos técnicos e pela comunidade, serão cedidos para os órgãos responsáveis para as providências cabíveis, após sua finalização em julho de 2025. A construção dessa articulação demonstra que a gestão compartilhada é essencial para a salvaguarda, sobretudo quando se trata de assegurar direitos territoriais fundamentais para a continuidade das práticas culturais da Comunidade.

Foi, portanto, a partir da consciência e da constatação de que o território e, conseqüentemente, as práticas culturais dos Arturos se encontram ameaçadas e cada vez mais limitadas pela constante expansão do urbano, que o IEPHA-MG buscou estabelecer parcerias para a efetivação da REURB no território ocupado pelos Arturos. Faz-se importante, no entanto, destacar que, apesar da preocupação com o território e o crescimento das famílias, os Arturos ainda permanecem como uma comunidade viva e ativamente dedicada à manutenção das suas referências culturais ancestrais. O território Arturo abriga, ainda hoje e sem interrupções, toda a potência de seus saberes e celebrações. Os quais, sendo de suma importância para a transmissão de saberes e a vivacidade da comunidade quilombola, foram acompanhados em campo pela equipe técnica do IEPHA-MG durante o ano de 2024 e serão descritos na seção que segue.

¹⁷ Como esse recurso era oriundo de uma emenda parlamentar federal destinada a um órgão estadual, foi necessário que ele fosse incorporado ao orçamento de um órgão federal, no caso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que então firmaria convênio para transferi-lo ao IEPHA-MG. Esse arranjo interinstitucional, embora usual, implicou em atrasos significativos até a efetiva liberação e execução do recurso.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
Governo do Estado de Minas Gerais

3. AS PRÁTICAS E EXPRESSÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS

Como mencionado anteriormente, além da inscrição da Comunidade dos Arturos no Livro de Lugares do Patrimônio Imaterial, as referências culturais da comunidade também estão inscritas no Livro de Celebrações, com a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o Reinado/Congado e a Benzeção. Sabemos que essas práticas têm papel fundamental na manutenção dos vínculos comunitários, da coletividade e das noções de identidade, além do reconhecimento de seus valores patrimoniais.

É notório também que o eixo central da comunidade continua estando vinculado à devoção ao Rosário, porém outras práticas, que serão discutidas a seguir, também cumprem papéis importantes no cotidiano do grupo. Seja na manutenção da história familiar e ancestral, na rememoração da diáspora e da resistência ao cativo, na proteção e relação com o território, na inserção dos mais jovens e mais velhos na rotina do grupo, na transmissão de saberes e práticas que garantem a subsistência e autogestão comunitária, as referências culturais são ponto central da vivência dos Arturos.

Prova disso é o reconhecimento da comunidade como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, no âmbito da Plataforma Rede Cultura Viva, o sistema responsável pelo registro, identificação, reconhecimento, divulgação, georreferenciamento, comunicação, interação e articulação da Rede Cultura Viva gestada pelo governo federal. A comunidade sedia desde 2018 o Ponto de Cultura Carmelinda Maria da Silva¹⁸, dando destaque para as seguintes ações culturais: Culinária típica dos Arturos, Artesanato, Construção de instrumentos percussivos, confecção de roupas para a Festa do Reinado de Nossa Senhora, Festa da Abolição da Escravatura, Festa do João do Mato, Folia de Reis, Batuque, Candombe, Grupo artístico Arturos Filhos de Zambi e a Benzeção e ofício da Benzeção. O reconhecimento como Ponto de Cultura evidencia a vitalidade da manutenção das referências culturais pela

¹⁸ <https://pontosdeculturamg.org.br/culture-point/details/194#:~:text=O%20Ponto%20de%20Cultura%20Carmelinda%20Maria%20da,de%20ascend%C3%A2ncia%20negra%2C%20formada%20pelos%20descendentes%20e>

Comunidade dos Arturos, que há gerações transmite, reinventa e atualiza seus saberes e práticas de forma coletiva e orgânica. Essa titulação não apenas reafirma a centralidade do grupo na preservação de expressões culturais afro-brasileiras, como também demonstra o compromisso contínuo da comunidade com a valorização de sua memória, espiritualidade e modos de vida.

A fim de apresentar um panorama contemporâneo dessas práticas e expressões culturais, a presente seção se destina a elucidá-las a partir das reflexões levantadas durante o processo de pesquisa para elaboração deste relatório.

3.1. A Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Reinado/Congado da Comunidade dos Arturos



Figura 4: Guarda de Moçambique durante a festa de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 5: Guarda de Congo durante a festa de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Entender a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Reinado/Congado dos Arturos parte da compreensão primordial dos saberes tradicionais que a compõem. Esses saberes permeiam a comunidade durante todo o ano, e culminam ou confluem até o momento auge para o calendário da comunidade, que é quando a Festa acontece no mês de outubro e exige da Comunidade vários dias de preparação, como a feitura das quitandas nos dias que antecedem a festejo, a organização da Capela e o enfeite das ruas e casas da Comunidade. Segundo Goreth Luz,

[...] a [referência cultural] mais importante é a festa de Nossa Senhora do Rosário. É a festa que acontece em outubro. São três dias de festa, porque é o que foi ensinado para nós pelos mais velhos. Graças a Deus, eu tive a honra de conhecer todas as rainhas. As filhas do Arthur. E foi com elas que eu aprendi essa missão, essa responsabilidade, que eu aprendi essa fé em Nossa Senhora do Rosário, esse compromisso com o sagrado. Porque eu fui coroada, eu tinha 21 anos de idade, e eu acompanhava elas em tudo que elas iam fazer. Então, desde tirar o terço, ajudar a arrumar o presépio no período de Natal, arrumar o altar da igreja, fazer os enfeites, as flores, pensar como que a gente iria enfeitar as festas. E elas sempre falavam para a gente que a festa principal era a festa de Nossa Senhora do Rosário. Que o nosso reinado, a nossa irmandade, pertencia à Nossa Senhora do Rosário, que era para a gente sempre fazer com muito amor, muito compromisso, muita dedicação. Então, eu sou muito honrada por ter conhecido as rainhas e aprendido com elas a forma de fazer, o jeito de manter. E elas falavam para a gente o tempo todo que o pai delas, o Arthur, falava o seguinte, que se ele morresse no dia da festa, primeiro era para fazer a festa, depois preocupasse com o enterro dele.

Porque Nossa Senhora do Rosário era mais importante do que ele. (Maria Goreth da Luz, Goreth, em entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2024)

A Festa tem uma programação oficial que tem início na sexta-feira à noite com a realização do candombe. No sábado à tarde acontece a concentração das guardas de Congo e Moçambique e em seguida o cortejo para o levantamento dos mastros, que ocorre no pátio da Paróquia de Nossa Senhora Rosário pelo Congo, e no Cruzeiro localizado na Praça Vereador Josias Belém pelo Moçambique. No domingo a Festa tem início com a matina, em seguida as guardas de Congo e Moçambique visitantes começam a concentração na Comunidade dos Arturos até a saída para a visita das Coroas, que vão em cortejo até a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Rosário onde é realizada uma missa Conga. Após a missa, as Guardas retornam em cortejo até a Comunidade, onde é servido um almoço. O dia é finalizado com o cumprimento de promessas. O último dia da festa começa com uma missa na Comunidade dos Arturos, que precede a visita de Coroas e o cumprimento de promessas. A tarde acontece o cortejo das Guardas de Moçambique e Congo até a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário para descimento das Bandeiras e encerramento da Festa.

Segundo o Dossiê de Registro do bem (IEPHA-MG, 2014), a devoção ao Rosário é a principal referência cultural da comunidade e o principal elemento aglutinador e organizador desse grupo. Essa celebração, de maneira geral, pode ser considerada como “uma forma particular de conceber e transmitir a história, permeada de ritos religiosos e mitos que fundamentam crenças e comportamentos”, conforme sugere Marina de Mello e Souza (2002, p. 315).

Conforme também já demonstrado no Dossiê de Registro dos Caminhos, Celebrações e Expressões do Rosário em Minas Gerais, também elaborado pelo IEPHA-MG (2024) - nesse caso, para a caracterizar a prática de uma maneira geral em Minas¹⁹ - a devoção ao Rosário é organizada por uma série de saberes tradicionais, relacionados à cura por meio do manejo de plantas, rezas e orações tradicionais, a musicalidade e a dança, o vínculo com o território e com a ancestralidade africana, além dos fatores de organização comunitária e social. Além

¹⁹ Em 2024, o Estado de Minas Gerais registrou enquanto patrimônio cultural de natureza imaterial através do IEPHA-MG os Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais, ratificando a extensão deste bem cultural no estado que é constitutivo da Comunidade Quilombola dos Arturos.

disso, as comunidades reinadeiras e congadeiras também são consideradas como povos tradicionais pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG).

Conforme descreve Glaura Lucas (1999), a origem do Reinado está ligada a cosmologias de matriz africana, vinculadas a uma espécie de "mito fundador" que narra o surgimento de uma santa em um rio, a qual apenas os negros teriam permissão para retirar, sendo então, concedido a eles o direito de homenageá-la a sua própria maneira. Ainda segundo Lucas:

Primeiro, um grupo de Congo, formado pelos mais jovens, vai à praia e dança e canta para a santa, motivados por ritmos de andamento mais rápido, provocando um leve movimento na imagem. Em seguida, o Moçambique, de negros mais velhos, se aproxima tocando os Candombes com seu ritmo mais lentos e, devagar, atrai a santa até a praia. Ela então senta-se no tambor maior e é conduzida até a capelinha construída por eles para abrigá-la. Em outras versões, apenas um grupo de negros, o Candombe, a resgata, mas sendo os tambores difíceis de carregar, o Moçambique, o "único pessoal que adaptou bater os instrumentos como mais ou menos a semelhança que bate o candombe", passa a representá-las nos rituais. (Lucas, 1999, p. 2).

Desse modo, segundo a autora, que estudou especificamente o Reinado dos Arturos, a ritualística se desenvolve de forma hierárquica. O Candombe, por ser considerado por seus devotos o "pai" de todos os reinados da terra, é realizado usualmente no interior das comunidades e não em vias públicas. Já o Moçambique, durante o cortejo, conduz os reis e rainhas, por serem responsáveis pelo resgate da imagem, ocupando, portanto, o topo da hierarquia. Assim, durante o cortejo, a guarda de Congo avança à frente, em um ritmo acelerado, com o objetivo de limpar e abrir os caminhos para a passagem do Moçambique e do reino coroadado, que seguem logo atrás. Sendo esses três elementos presentes no contexto dos Arturos.

Conforme já discutido anteriormente no Dossiê de registro de 2014, o Reinado/Congado constitui uma tradição de grande importância para os Arturos, não se restringindo apenas aos aspectos religiosos, mas também englobando a ancestralidade desse grupo, além de ser um elemento fundamental no processo de construção da identidade e no reconhecimento de seus membros. Segundo a descrição do Capitão Jorge, mesmo após os 10

anos passados da primeira pesquisa, o Reinado pode, atualmente, continuar a ser entendido como um rito que expressa a essência do *ser arturo*:

[...] a festa do reinado, ela é para nós a maior festa, a mais importante, porque é essa festa que demonstra o que é a comunidade dos Arturos. É essa festa que mantém, que alimenta essa comunidade. Porque é uma festa que está ligada ao sagrado de origem afro com a religiosidade católica. Então, essas duas questões são responsáveis pela união dessa comunidade, pelo crescimento dessa comunidade, porque a comunidade sempre manteve a festa do reinado tradicional, né, da maneira que foi repassada de Arthur para os seus 10 filhos e depois sendo transmitido de geração em geração. Então, essa festa que demonstra para nós, Arturos, a importância de preservação. Porque os nossos mais velhos, e aí eu vou um pouquinho mais lá atrás, né, o povo negro em si, uma vez escravizado resistiram preservando essas manifestações, então, hoje tudo que temos, né, esse patrimônio que a comunidade tem, que ela preserva, a gente deve e agradece muito a essa ancestralidade. E essa ancestralidade ela está presente nas festividades do reinado, e ela está presente de diversas formas, ela está presente nos instrumentos, nas vestimentas. Em cada dança do congado, ela está presente em cada canto, porque a festa de reinado nada mais é do que uma cultura afrobrasileira. Os seus membros, através da música e da dança, rememoram a vida dos seus antepassados. Então, dentro da festa de reinado, a gente canta e conta a nossa história. A gente canta e conta o que foi a vida dos nossos ancestrais. Desde África, o processo das pessoas serem levadas para outros países sendo vendidas como os animais, né, mais de 300 anos de escravidão sofrendo na pele. Então tudo isso a gente canta e conta hoje nas nossas festividades do reinado. E por isso essa festa é totalmente sagrada, religiosa, e para nós Arturos é uma honra muito grande hoje a gente ter esse patrimônio, né, e poder celebrar entre nós e poder compartilhar com as pessoas que reconhece, valoriza as nossas histórias e tradições. Então isso e muito mais são situações que nos leva a ter essa responsabilidade de preservar e dar continuidade a tudo que é de tradição da comunidade dos Arturos. (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada em 04 de novembro de 2024).

Ou seja, para Jorge Antônio dos Santos, a Festa do Rosário se mantém como uma expressão do *ser arturo* porque é, dentre outras coisas, um momento de conexão e rememoração dos antepassados. É através das músicas, das danças e dos rituais que a comunidade rememora a trajetória dos que vieram antes — desde a África, passando pela resistência à escravidão, até os dias atuais. Cada passo do Reinado, cada canto entoado, carrega a memória e a resistência dos ancestrais. Celebrar o Reinado, para os Arturos, é uma forma de manter viva a história daqueles que lutaram para preservar as manifestações culturais e espirituais que hoje definem a identidade da comunidade.

Tamanha a força da reprodução e transmissão dos saberes do Rosário no interior da comunidade, que uma de suas principais lideranças, José Bonifácio, o Mestre Bengala, foi reconhecido em 2022 pela Universidade Federal de Minas Gerais como Doutor em Música

por Notório²⁰ Saber, devido a sua atuação como Capitão e Mestre da Guarda de Congo dos Arturos.



Figura 6: Mestre Bengala, trajado com a cor rosa do Moçambique e ao lado de outros importantes mestres e mestras brasileiros, sendo titulado doutor em música por notório saber da Universidade Federal de Minas Gerais. Fonte: Arquivo UFMG, 2022.

Desde 2014, Mestre Bengala atuou como professor das disciplinas da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG, a frente de cursos como *Artes e ofícios dos saberes tradicionais - Módulo: Cantos afro-brasileiros: brincando e resistindo na tradição* (2014); *Seminário Encontro de Saberes: conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos* (2014); *Ingira de Ingoma: Africanias* (2015); *Artes e ofícios dos Saberes Tradicionais: Danças, cantos, toques e instrumentos tradicionais* (2018). A atuação e reconhecimento do mestre demonstram a vitalidade da manutenção e continuidade da tradição do Rosário no

²⁰ Mais informações: <https://www.saberestradicionalis.org/jose-bonifacio-da-luz-bengala/>

interior da comunidade, acentuando também o papel singular e protagonista dos Arturos na promoção e na difusão desses saberes.



Figura 7: Guarda de Congo durante a festa de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024 (Letícia Reis).



Figura 8: Rainhas da Irmandade de N. S. do Rosário, à esquerda Rainha Maria Lúcia da Silva e à direita Rainha Gorete Heredia Luz.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Importante destacar que as tradições se mantêm e são renovadas porque a presença e a transmissão à juventude são tratadas como prioridade pelos mestres. Como já mencionado, na apresentação do Plano de Ação para a Revalidação à comunidade, uma das

demandas da liderança foi o envolvimento ativo dos mais jovens nas atividades de pesquisa para a elaboração desse documento. Assim, além de diversas atividades educativas realizadas para e pela comunidade, a relação dos jovens e crianças com o Rosário é sempre destacada. Um dos exemplos mais emblemáticos é a manutenção da Guarda Mirim. Esse tipo de prática tem sido desenvolvido não apenas pelos Arturos, mas por muitos outros grupos congadeiros.



Figura 9. Guarda de Congo Mirim.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 10. Juventude na Guarda de Moçambique.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A Guarda de Congo Mirim da comunidade surge em 1989 enquanto uma demanda e interesse das crianças em aprender os saberes transmitidos principalmente por mestre Bengala dentro da comunidade, uma vez que as guardas "oficiais" de Congo e Moçambique respondem por preceitos e dedicação mais rígida e estrita por parte de seus membros, sendo então constituídas por membros jovens e adultos. Surge, então, a oportunidade de integrar as crianças em um processo mais flexível de transmissão desses saberes. Sr. Bengala é o responsável pela transmissão de saberes ancestrais ao Congo Mirim, que zela com compromisso pela continuidade das tradições do Reinado e Congado na Comunidade.

Nós estávamos numa festa, numa festa aqui de reinado, e eles me pediram, “ô Zé, deixa nós tocar um pouquinho, só nós?”. Eu levei eles ali dentro da igreja, ensinei para eles, o pessoal ficou até surpreso. Saíram mais ou menos umas oito crianças dançando. Daí a pouco tinha mais de vinte. Sabe, tudo ali. Aquelas pessoas que ficavam fora, sabe? [...] Quando eles viram a juventude, as crianças entrando, veio todo mundo. Hoje, nós temos aí mais de vinte crianças, mais de trinta crianças participando desse grupo. (José Bonifácio, Sr. Bengala, em entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2024).

A Festa também integra outras manifestações e conhecimentos fundamentais, como a culinária tradicional dos Arturos, as Alvoradas, a Missa Conga e o Candombe. Este último é constituído tradicionalmente por três tambores sagrados, denominados de Santana, Santaninha e Jeremias, que são acompanhados por cantos e danças de rezas e celebrações. Santana, em especial, que segundo o mito fundador teria servido de andor para Nossa Senhora do Rosário no trajeto do mar para o altar. Diante do papel fundamental que os tambores exerceram a fim de que Nossa Senhora do Rosário emergisse das águas, eles só podem ser tocados nos ritos dedicados à santa, evidencia-se, desse modo, como os tambores são entes de conexão ancestral. De acordo com a oralidade da comunidade dos Arturos, estes tambores mais antigos foram construídos por escravizados durante o período da colonização, os cantos são confabulados remetendo-se aos mistérios do sagrado e crônicas das vivências de determinados grupos negros (Lucas, 1999). Segundo os participantes, como os pontos eram cantados originalmente por escravizados, algumas palavras e frases carregam um significado oculto, uma vez que desejavam se comunicar em segredo por meio das cantigas. As danças são acompanhadas pelo candombeiro, que se move em direção aos tambores em movimento de aproximação e recuo (IEPHA-MG, 2014; 2024). O Candombe é a liturgia que abre o Reinado dos Arturos e é realizado no interior da Capela do Rosário da Comunidade.

Alguns autores têm discutido a vitalidade da manifestação do Candombe em Minas Gerais, como Edmilson Pereira (2005) e Maria Franca (2021), que apontam um enfraquecimento na transmissão da prática, que muitas vezes é restrita internamente aos grupos e por restrições de gênero e pertencimento. Os dados do Cadastro do Patrimônio Cultural do IEPHA-MG, no âmbito do Cadastro Reinados e Congados de Minas Gerais, também demonstram que, em 2024, cerca de 86,5% dos grupos de reinado e congado cadastrados não realizam a prática do Candombe (IEPHA-MG, 2024).

Apesar do cenário de enfraquecimento da prática do Candombe em diversos grupos de reinado e congado em Minas Gerais, no Reinado dos Arturos ele segue como uma prática viva e fundamental durante a celebração, preservando sua força ritual e ancestral. É relatado, inclusive pelas lideranças, uma certa abertura em relação à participação externa ao decorrer dos anos, antes mais restrita aos membros da comunidade. Ainda que o Candombe não disponha do mesmo quantitativo de público externo como outros momentos da Festa — como o sábado e o domingo da celebração —, observa-se a presença de pessoas de fora da comunidade acompanhando o rito. Em 2024, por exemplo, conforme relato de campo do IEPHA-MG, pesquisadores e cineastas estiveram presentes registrando a celebração. Entretanto, os presentes foram alertados pelos mestres candombeiros sobre a necessidade de autorização prévia para filmar aquele momento, reafirmando o caráter sagrado e ritual da prática.

A dimensão ritual do Candombe também se expressa no cuidado com a manutenção e guarda dos tambores. Os instrumentos são armazenados em uma sala específica da Capela de Nossa Senhora do Rosário, cujo acesso é restrito. Durante as obras de restauração da capela realizadas em parceria entre o IEPHA-MG e um programa do Ministério Público de Minas Gerais, diversas discussões foram realizadas sobre a necessidade de cuidados práticos e rituais específicos para a reforma do espaço. Durante esse processo, os interditos que cercam tanto a guarda dos tambores quanto o espaço que os abriga foram levados em consideração, evidenciando o modo como os fundamentos do Candombe permanecem preservados e respeitados. Isso evidencia a dinamicidade da tradição, tão própria do patrimônio imaterial e sua salvaguarda, que, mesmo abrindo o rito a presenças externas,

mantém resguardado aquilo que se denomina fundamento — conhecimentos transmitidos pelos ancestrais e preservados com rigor pelos mestres da comunidade.

Ao longo do trabalho de campo, pode-se notar que essa postura se mantém não apenas para o Candombe, mas para as diversas outras etapas e referências culturais associadas à Festa. A manutenção da guarda mirim e a difusão dos saberes do rosário em outros espaços, como em universidades e através dos pontos de cultura – dentre outras práticas-, demonstra a habilidade dos Arturos na manutenção e salvaguarda de seu patrimônio ao longo dos anos.

3.2. Benzeção

A prática da benzeção é algo enraizado na cultura popular brasileira. Não é de hoje que a técnica é realizada nas comunidades tradicionais rurais, embora a tradição também se faça presente no meio urbano. O Sr. Raimundo Eustaquio da Luz, atual responsável pela benzeção na Comunidade dos Arturos, afirma que ela só funciona se a pessoa crer. Não adianta acessar a prática apenas por curiosidade ou esperar que o benzedor resolva a questão sozinho, a fé e a crença também precisam ser premissa daquele que é benzido. Segundo Raimundo, a benzeção é composta por um ciclo de três rezas, por representar o Pai, o Filho e o Espírito Santo, fechando a Santíssima Trindade da doutrina cristã, como ele diz: “fechando o círculo”. A benzeção é atrelada ao catolicismo popular, bem como a outras tradições de matriz africana.

Os saberes que envolvem a prática são transmitidos no interior dos Arturos através das gerações, sendo que antes de Raimundo, seu pai, o Sr. Mário Braz da Luz era o responsável pelo ofício. Sr. Mário aprendeu a benzer com sua irmã Juventina, a qual, por sua vez, aprendeu com o próprio Arthur Camilo. Segundo o Sr. Raimundo, a realização desse ritual é passada, especialmente, por oralidade, tendo o pai como seu principal exemplo.



Figura 11: Sr. Mario Braz realizando atendimentos de benzeção.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2013.



Figura 12: Sr. Raimundo no espaço de benzeção.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Raimundo afirma que o dom é adquirido desde cedo, ou seja, a pessoa nasce com a dádiva da benzeção, contudo, não é suficiente ter o dom e querer exercer, é preciso também ouvir, se dedicar, crer e observar os mestres e pessoas de referência atuando para se aprimorar no ofício.

Não adianta só querer se não é preparado para aquilo. Igual, meu pai me preparou por muito tempo pra mim pegar o lugar dele, né, ser o sucessor dele. Então, foi muitos anos de preparação, não foi assim de uma vez não. [...] Inclusive, antes da morte dele, ele pediu minha esposa pra escrever umas orações, que ele tava pra passar pra mim, e a última oração que ele falou, falou assim: “Essa você não pode anotar não”. Aí antes dele morrer, na sexta feira que ele foi partir, ele veio e passou as orações todas que tinha e ficou pra trás, de experiência pra mim, essa eu não pude anotar no papel não, eu guardo na minha memória, só isso. (Raimundo Eustáquio da Luz, em entrevista realizada no dia 03 de dezembro de 2024).

Além dos saberes da benzeção, Sr. Raimundo também carrega os conhecimentos de outras matrizes africanas, pois participou de cultos e celebrações da umbanda desde sua infância e foi iniciado no Candomblé há 18 anos. Devido a isso, ele incorporou algumas observações e práticas de suas vivências espirituais nas benzeções, dentre elas, alguns processos que seu pai não praticava. Sr. Raimundo elucida que cada pessoa tem um jeito de benzer, pois a benzeção contempla as particularidades de cada indivíduo; seu pai, Mário, se voltava mais para a quebra de mau olhado, cura de doenças e afins, a partir da sua sabedoria de congadeiro, diz o filho.



Figura 13. Espaço em que se realiza a benzeção, 2024
Fonte: Prefeitura Municipal de Contagem (Gabrielle Vaz Henrique).

O Sr. Raimundo relata ainda que benzer é um momento de oração, conexão espiritual e muita fé, ademais, é um ato de cuidado que transcende o espiritual e se manifesta enquanto uma prática de bem-estar da saúde física e psicológica. Ele benze a partir da combinação de algumas orações católicas, Pai Nosso e Ave Maria, acompanhado do uso de um medalhão de cerca de 15 centímetros, com variados pingentes e imagens de santos católicos, herança deixada pelo Senhor Mário Braz da Luz.



Figura 14. Medalhão na mão do Sr. Mario Braz.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2013.



Figura 15. Medalhão, agora na posse de Sr. Raimundo.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

O medalhão utilizado pelo Senhor Raimundo é erguido com a mão direita e direcionado para o indivíduo que está sendo benzido, algumas vezes é feito uma movimentação no ar seguindo o sinal da cruz – topo, baixo, esquerda e direita. Antes de começar a oração, é preciso informar qual sua moradia, se é casa ou apartamento, descruzar pernas e braços e posicionar os pés firmemente no chão. Então, Senhor Raimundo profere três vezes o Pai Nosso e a Ave Maria, segue pedindo à Deus que livre de todo mal e inveja. Após essa parte inicial, o processo ritualístico varia de acordo com a precisão e necessidade de cada pessoa, e se for necessário, ele sugere determinados banhos de ervas, recomendadas tanto para saúde física e psicológica quanto para motivos espirituais. Os atendimentos são concedidos enquanto houver luz natural, por isso, ele reserva o horário de 7h às 17h para atender as pessoas que o procuram – seja dos Arturos ou da comunidade externa. Quando perguntado sobre a preparação de quem o visita para benzer, ele relata que a pessoa não precisa fazer nada, mas que ele se protege a partir das tecnologias tradicionais que conhece antes de atender, por ser uma quantidade grande de pessoas que o procuram, para não acabar absorvendo essas energias.

Em relação às suas ervas, ele as coleta, quando necessário, pela manhã na Serra da Moeda. Entretanto, devido às questões relacionadas às mudanças climáticas, urbanização e mudanças circunstanciais na vegetação, a localização das ervas é dificultada e pode levar horas. Sr. Raimundo diz: “[...] Mas isso aí as nossas matas estão acabando né? As ervas estão acabando, eles tá destruindo tudo, tá desmatando tudo, virando tudo prédio, né. Então tá acabando nossas ervas.” Ele reitera que, além das ervas que ele colhe para o benzimento, como: arnica, arruda, guiné e funcho, também colhe plantas para a casa onde ele é *Babalossaim*²¹, para o preparo dos banhos que são feitos no terreiro.

Olha, os dias [para coleta de plantas sagradas], tem que ser antes do sol se pôr. Tem umas outras matas aqui por perto que a gente busca também, entendeu, mas sempre lá, as ervas que eu uso, tem mais é lá. Que eles aqui mantêm as ervas que a gente pode pegar, que é a nega-mina, que ela, se você chegar na mata e falar o nome dela, você não a encontra, aí você tem que falar folha santa (Raimundo Eustáquio da Luz, em entrevista realizada no dia 03 de dezembro de 2024).

²¹ Babalossaim é a designação dada, no interior de alguns terreiros de candomblé e umbanda, ao responsável pelo cuidado, manipulação e conhecimento das folhas utilizadas em rituais, já que, segundo a tradição, todo axé (força vital) dos orixás depende das folhas. Geralmente, o cargo de babalossaim é dado a um filho de Ossaim — orixá das folhas sagradas, das ervas e dos segredos das plantas no Candomblé.

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade externa com a prática, ele nos diz que a frequência de visitas em sua casa é maior por quem é de fora do que pelas pessoas da comunidade em si. O conhecimento externo sobre as práticas realizadas nos Arturos, acontece especialmente por meio de redes sociais, onde o grupo é ativo.

Quando questionado sobre o processo da benzeção em datas comemorativas e festivas, como a tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, ele elucida que, no contexto das celebrações, se prepara individualmente e, somente depois disso, parte para a benzeção de seus filhos e netos. Quanto aos demais membros da comunidade, eles têm seus próprios preparativos e modos de conexão com o sagrado, ou seja, não há uma benzeção específica com o Sr. Raimundo para as festividades. O mestre também nos descreve a funcionalidade de se realizar benzeções em datas específicas, como a Sexta-feira da Paixão, a qual é tida como um momento oportuno para a cura de bronquite e asma. Ele reitera que a Sexta-Feira da Paixão é, na verdade, um dia que proporciona um grande potencializador da energia de cura, o que a torna uma data propícia para tratar diversas doenças.

O trabalho de campo indicou, portanto, que nos últimos dez anos, a prática da benzeção se fortaleceu nos Arturos, mantendo-se uma referência cultural essencial para a comunidade. Para o Sr. Raimundo, a continuidade dessa tradição é algo que se entrelaça com o futuro, e ele acredita que o legado será transmitido, em especial, ao seu neto Isaque, que, mesmo com apenas três anos, já demonstra potencial nas rezas do avô. O Sr. Raimundo acredita que aqueles que desejam aprimorar o dom da benzeção, como ele próprio chama, devem ter fé, dedicação e o "caminho" certo para assumir essa missão, mantendo viva a tradição que é tão central para a identidade dos Arturos.

As minhas expectativas é ampliar mais, não é pra mim, mas para os meus netos que estão vindo. Eu já tô subindo a ladeira né, então os jovens que estão vindo agora, eles dão continuidade, eles vão realizar tudo que tá tendo agora, tudo que tá sendo conquistado, e não deixar cair né, cada dia, empenhar mais, novos jovens, ter a cabeça aberta pra isso (Raimundo Eustáquio da Luz, em entrevista realizada no dia 03 de dezembro de 2024).

Ou seja, o Sr. Raimundo Eustáquio da Luz, ao refletir sobre o futuro da benzeção, reafirma o compromisso de manter viva essa prática ancestral. Para ele, o fortalecimento da tradição não depende apenas de sua própria continuidade, mas da capacidade dos mais

jovens, como seus netos, de assumir e aprimorar o saber. Ele acredita que a benzeção precisa ser passada adiante, sendo cultivada com fé, dedicação e abertura para o novo. Assim, o processo de transmissão do conhecimento se mantém dinâmico, adaptando-se às mudanças da comunidade, mas sempre com a intenção de salvaguardar seus fundamentos. A visão de Raimundo, ao projetar o futuro da benzeção, evidencia a importância da prática como referência cultural, não apenas para os Arturos, mas para todos que buscam o cuidado espiritual e físico, e que, com a participação ativa das novas gerações, ela é e continuará sendo um elo fundamental com os ancestrais e com a própria identidade da comunidade.

Por isso, ao se deparar com este ofício na Comunidade dos Arturos, o IEPHA-MG reconheceu uma tradição centenária que promove o bem-estar físico, psicológico, espiritual e cultural, integrando-se profundamente à identidade sociocultural dos praticantes e fiéis. Esses elementos instigaram a Instituição a compreender melhor a prática no território mineiro – uma manifestação presente no cotidiano de inúmeros detentores e associada a diversos outros bens culturais.

O reconhecimento da Comunidade dos Arturos como patrimônio cultural imaterial abriu caminhos para ampliar o olhar sobre práticas enraizadas em seus territórios e também em outras localidades de Minas Gerais. Como afirmou Gracielly Naiara, em entrevista ao IEPHA-MG em 21 de novembro de 2024, os Arturos atuam como “um farol para as comunidades tradicionais”.

Entre os desdobramentos do registro de 2014, destaca-se o Dossiê dos Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário, concluído em 2024, que ampliou o reconhecimento das festas do Rosário a partir dos estudos realizados inicialmente nos Arturos. Da mesma forma, durante o processo de revalidação, ao observarmos o ofício da benzeção, identificamos que essa prática também demanda um olhar ampliado. Trata-se de um bem disseminado em todo o estado de Minas Gerais, mas que, diante das transformações impostas pelo modo de vida contemporâneo, pode estar em risco. Assim, recomenda-se a abertura de um processo de pesquisa voltado à identificação de benzedeadas e benzedeiros em Minas, com vistas à ao reconhecimento e salvaguarda de seus saberes como patrimônio cultural imaterial.

3.3. Outras referências culturais

3.3.1. João do Mato

Outra importante tradição da Comunidade Quilombola dos Arturos, é a Festa de João do Mato, que foi retomada em 2019 após o hiato de alguns anos devido ao falecimento dos mais velhos da comunidade. O João do Mato é um ritual realizado em mutirão, no qual os trabalhadores realizam a capina dos lotes de plantação/ hortas do seu território acompanhada por cânticos ou lamentos inspirados nas dificuldades da vida cotidiana, evocando memórias ancestrais.



Figura 16. Canções durante o momento da capina.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024 (Letícia Reis).

Durante o ritual, o João do Mato, representado por uma figura coberta de folhas, aparece próximo à última moita a ser capinada, tentando escapar das enxadadas que simbolizam a vitória do trabalho humano sobre a destruição. Ao final, com as enxadas levantadas, entoam uma cantiga de expulsão. O João do Mato é, então, levado até a Casa Paterna em cortejo para uma negociação, onde ele recebe um presente para deixar as terras dos Arturos e vai embora prometendo voltar no próximo ano. Assim, o João do Mato

personifica as ervas daninhas, forças malignas que se opõem à força do bem representada pelo trabalho e pelo cuidado com a terra (Guimarães, 2014).



Figura 17: João e Joãozinho do mato.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024 (Letícia Reis).

Esse ritual é entendido como uma fase de purificação onde a enxada, símbolo do esforço humano, vence o mal representado pelo descuido, preguiça ou ganância. Tradicionalmente, a celebração ocorre em dezembro, coincidindo com as épocas de colheita e o Natal.

Em outro quadrante que vislumbra a transmissão de saberes acerca da celebração, a liderança Naiara apresenta a interface da criação do Joãozinho do Mato, enquanto uma forma de aproximação com a juventude da Comunidade, que os incentiva a criar vínculos com o território e a terra.

E com as crianças não tem sido diferente. Elas são incentivadas o tempo inteiro a estar junto, a participar em todas as atividades. Portanto, alguns anos depois da retomada da festividade do João do Mato, nós criamos o João do Mato mirim, o Joãozinho do Mato, porque não tinha o Joãozinho do Mato, né? Em todas as atividades, as crianças estão ali, no João do Mato também. Mas tivemos a ideia de criar o Joãozinho para já preparar essa criança para dar conta desse legado. [...] Nós fazemos questão que essas crianças, essa juventude, estejam no projeto da horta que você citou, por exemplo. Nós temos ali os mais velhos, o tempo inteiro transmitindo saber, né? Transmitindo aquela tradição do cultivo, do contato com a Terra, de como semear, de como colher, de como plantar. E tem ali uma juventude dando suporte, sobretudo um suporte mais braçal, que são mais jovens, tem o vigor,

tem força dando esse suporte o tempo inteiro para os nossos mais velhos. Então, os nossos mais velhos têm a sabedoria e a gente vai adquirindo essa sabedoria somada à nossa força física, né? (Gracielly Naiara Silva Veloso, em entrevista realizada dia 21 de novembro de 2024)



Figura 18. Preparação do João do Mato.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024 (Letícia Reis).

A Festa de João do Mato, embora tenha sido mencionada no dossiê de titulação da comunidade como patrimônio em 2013, passou por um hiato significativo até ser retomada em 2019, após cerca de seis anos de interrupção. Esse intervalo evidencia tanto as dificuldades quanto os desafios enfrentados pela Comunidade Quilombola dos Arturos para manter vivas suas tradições culturais, mas também reforça a força e o compromisso da comunidade com a preservação de seu patrimônio imaterial. A ressignificação da festa, incluindo a criação do Joãozinho do Mato para envolver a juventude, demonstra que, apesar das interrupções, o vínculo com o passado ancestral permanece firme e é renovado pelas novas gerações. Assim, a retomada da Festa de João do Mato em 2019 é não apenas uma reafirmação do compromisso da comunidade com sua história, mas também uma estratégia de fortalecimento e continuidade cultural, assegurando que o patrimônio dos Arturos siga sendo transmitido de geração em geração, com a mesma energia e dedicação de seus mais velhos e a vitalidade de seus jovens.

3.3.2. Batuque

Segundo o Dossiê de Registro,

O Batuque constitui-se em uma dança de matriz africana, coreografada coletivamente em forma de roda, e que até hoje está presente em algumas regiões do Brasil. Essa forma de expressão se disseminou na colônia por meio dos africanos escravizados trazidos para a América Portuguesa. Estudos apontam, que foi do Batuque que se originou a dança de roda, quando o sagrado e o profano fundiram-se em uma mistura de ritmos em que as “batidas” no tambor – instrumento imprescindível na prática - determinaram o canto e a gestualidade. (IEPHA-MG, 2014, p.98)

De acordo com o Sr. Bengala, em entrevista realizada em 10 de outubro de 2024, o Batuque é o momento em que eles se juntam, tocam tambores, tiram cantos e dançam, podendo ser em um casamento ou batizado, remontando a um momento de lazer para a comunidade, e não tem necessariamente conexão com momentos sagrados ou religiosos. Segundo ele: “ela não é uma festa católica, mas é uma festa que a gente faz em casamento, batizado. E, em qualquer momento, a gente pode se ajuntar, igual esse pessoal está ali. Se a gente começar a cantar na cozinha, é o batuque que está formado.” Tradição essa adquirida de sua mãe Conceição Natalícia, conhecida como Dona Tetane, filha mais velha de Arthur Camilo.

Font
Arthu
apesa
joven
acom
mestr
mas a
festej



s,
vô,
que,
nda
ele
foi
pa,
os
do
feito
stre.
noite
esse
e. E
antes eu peço para ela ainda.



era
[sua
dos

Ela já foi mãe. “Pô, mãe, hoje é dia do batuque. Mãe me ajuda, coloca na minha mente o que que eu devo fazer, né.” Às vezes a gente sai daqui, faz uns dois, três ensaios só para poder, é, a gente dar uma controlada. Mas quando eu saio daqui o batuque sai daqui da cozinha para ele dançar lá no terreiro. Quando eu saio daqui, eu peço: “minha mãe coloca na minha mente, coloca na minha cabeça. Fica sempre do meu lado” [...] e ela tem me ajudado, eu percebo que ela me ajuda (José Bonifácio, Sr. Bengala, em entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2024).

Após o falecimento em 2015 de Conceição Natalícia, a Dona Tetane, Mestra do Batuque, seu filho, o Mestre Bengala, foi designado para assumir essa responsabilidade na Comunidade. Segundo Bengala, o batuque podia acontecer sempre que os Arturos se encontravam — em aniversários, batizados ou outras ocasiões. No entanto, as dinâmicas atuais não permitem que esses encontros espontâneos ocorram da mesma forma que no passado. Nos últimos anos, como forma de fortalecer a prática cultural, a comunidade passou a realizar festas específicas do batuque, que podem acontecer nos meses de junho, julho ou agosto. Esse festejo é o momento em que membros da comunidade se reúnem para se divertir com as danças e batuques, mas também para transmitir seus conhecimentos aos mais

jovens. Sempre com muita cantoria e o coro das vozes daqueles que conhecem a cultura popular do batuque, as festas rememoram as celebrações realizadas por seus ancestrais — cuja permanência o Sr. Bengala faz questão de preservar na comunidade.

Pelo que se depreende da entrevista com Bengala, a frequência dos batuques nos últimos dez anos continuou diminuindo, como já apontado na pesquisa para o registro em 2014, muito por causa da “modernidade”, como ele mesmo diz, e da falta de tempo. Pela descrição que ele faz, o batuque parece ser uma prática que sempre teve algo de espontâneo, acontecendo naturalmente nos encontros. Por outro lado, ainda que essa espontaneidade esteja mais rara, a transmissão do conhecimento parece ter sido bem-sucedida — Bengala demonstra saber bastante e segue praticando e ensinando. Contudo, isso tem se concentrado quase exclusivamente nesse “dia dos Arturos”, uma celebração interna que ele menciona, mas que não apareceu com tanto destaque em outros relatos.

3.3.3. Folia de Reis

A Folia de Reis é uma celebração do catolicismo popular cultuada em referência ao nascimento de Jesus. Inicia-se no dia 24 de dezembro e se estende até o dia 6 de janeiro, representando a chegada e entrega dos presentes dos Reis Magos ao menino Jesus, celebração que é fielmente seguida todos os anos por grupos de folias de variados formatos. Minas Gerais é um dos estados brasileiros onde essa cultura tem mais vitalidade, tendo sido registrada como patrimônio estadual em 2017. Atualmente o IEPHA-MG estima que existem mais de 2000 grupos de folias espalhados pelo estado.



Figura 21. Folia de Reis na Comunidade dos Arturos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2017.

Na comunidade dos Arturos, a Folia é um momento de reza, fé e festejo. Mestre Bengala relata que a Folia acontece desde a época de seu avô, assim como as visitas às casas dos fiéis, apesar de atualmente acontecerem de forma moderada, uma vez que os integrantes não podem participar em horário comercial, ficando reservado para os finais de semana. Além disso, hoje em dia, nem toda comunidade está ligada a essa tradição e crença, por isso, eles visitam apenas as casas que as pessoas os solicitam:

20 de janeiro a gente faz visitas, né. Faz visitas. Hoje, antigamente a Folia saía [...] no dia 24 e não voltava. Tinha dois grupos. Um batia à noite, outro durante o dia. E visitava todas as casas. [...] Hoje não. Hoje nós vamos só na casa dos convidados porque a gente só sai no fim de semana. Porque cada um trabalha. [...] Tem sua obrigação. E hoje, infelizmente, né, tem muitas religiões que foram mudadas. Você nem sabe pra onde você vai. Você não pode bater em qualquer casa. Então a gente vai aonde convida. Mas nós não damos conta de cumprir com todos (José Bonifácio, Sr. Bengala, em entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2024).

A Folia, embora parte importante da tradição da comunidade, é um festejo mais modesto se comparado ao Reinado, que reúne cerca de 100 pessoas entre as guarda de Congo e Moçambique dos Arturos. Já os foliões costumam ser apenas entre 25 e 30 participantes. O Sr. Bengala explica que, embora as pessoas do Reinado participem da Folia, nem todos se dedicam completamente a esse festejo. Por isso, é comum convidarem pessoas de fora para integrar as visitas, buscando resgatar e fortalecer o vínculo com a tradição, uma

vez que, ao longo dos anos, os grupos de foliões se tornaram menos numerosos, como ele nos revela.

[...] Porque ainda bem que, graças a Deus, a nossa não acabou, né? Estamos aí firmes. Porque muitos, por causa de muitas religiões, às vezes os mestres morrem, não tem outro mestre. Não tem aquilo que pegou na correia, que segurou, né? Igual o Bengala segurou na correia. Essa folia, eu carreguei essa folia depois que o folião nosso, o nosso mestre morreu e eu fiquei no lugar dele. Aí o filho dele... 'Não, Zé, eu vou te ajudar. Eu falei, você vai me ajudar ou não? Você vai cuidar dessa folia, que isso era do seu pai. É nossa, mas é do seu pai que era, então' (José Bonifácio, Sr. Bengala, em entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2024).

Mestre Bengala ressalta a importância da participação dos mais jovens na Folia de Reis, destacando que são eles quem carregarão adiante essa tradição no futuro. No entanto, ele também aponta um desafio significativo na transmissão desses saberes: a crescente influência da tecnologia, que tem se mostrado um obstáculo ao “calor humano” essencial para o repasse cultural. Para ele, no passado, a interação com os mais velhos era mais próxima, com visitas às suas casas, pedidos de bênção, trocas de afeto e até a partilha de um café, o que firmava a continuidade da tradição, visto o caráter cotidiano, informal e participativo da transmissão do patrimônio imaterial. Hoje, com o avanço da tecnologia, muitas dessas interações se tornaram mais impessoais e práticas, o que acaba afastando a presença física, fundamental para a preservação das tradições. Apesar disso, Bengala reconhece que, embora as gerações mais jovens enfrentem essas distrações tecnológicas, ele observa uma relação positiva, percebendo que, mesmo em tempos modernos, os jovens continuam envolvidos e participando ativamente das celebrações e da cultura.



Figura 22. Folia de Reis da Comunidade Quilombola dos Arturos, 2024.
Fonte: Arquivo Comunidade Quilombola dos Arturos

Bengala também compartilha que, em sua juventude, as festividades eram a principal forma de entretenimento e socialização, o que resultava em uma grande participação de pessoas, com encontros mais frequentes e uma presença massiva nas celebrações. Ele observa, no entanto, que, apesar das muitas distrações presentes na sociedade atual, os membros mais jovens da Comunidade Quilombola dos Arturos continuam a se envolver e a zelar pela continuidade das tradições. Isso demonstra o compromisso da nova geração com a preservação cultural, mantendo vivo o legado que lhes foi transmitido, mesmo diante das mudanças impostas pela modernidade.

Era só gente mais velha. Hoje é tão bonitinho que você vê as criancinhas. Veja como é. Tocando, dançando e cantando. [...] Às vezes até atrapalha, quando chega lá pras uma hora. Que a gente anda a noite toda. Vai lá pras uma hora, duas horas. Eles tão querendo dormir. Você tem que carregar. Mas a gente leva. Porque sabe que amanhã vai ser eles que vai ser o nosso folião, né? Meu pai me carregou quantas vezes? Então agora eu tenho que carregar meus filhos. (José Bonifácio, Sr. Bengala, em entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2024).

A participação das novas gerações na Folia de Reis na Comunidade Quilombola dos Arturos demonstra a vitalidade e o compromisso com a salvaguarda. A transmissão dos saberes, embora desafiada pela distância das interações presenciais, segue firme,

evidenciando que a folia não é apenas um rito religioso, mas também uma prática cultural vivida e renovada por cada geração.

3.3.4. Filhos de Zambi

O Grupo Afro Arturos Filhos de Zambi foi idealizado na virada dos anos 1980 para os anos 1990 e se caracteriza como um grupo artístico voltado para a cultura afro-brasileira, com foco em elementos da percussão, dança, canto e teatro. Sua criação não visava apenas a formação de um grupo artístico, mas também o fortalecimento da participação dos mais jovens nas tradições comunitárias. Segundo o Capitão Jorge, o objetivo central dos Filhos de Zambi era proporcionar aos integrantes um sentimento de valorização, ao mesmo tempo em que oferecia uma oportunidade de aprendizado musical e cultural. A iniciativa também buscava promover uma imersão nas tradições da comunidade, permitindo que os jovens se conectassem com os saberes e práticas que definem sua identidade. Ao engajar os mais novos nesse processo, o grupo não só aprimora suas habilidades artísticas, mas também reforça o compromisso com a disciplina e os valores que sustentam a cultura afro-diaspórica da Comunidade dos Arturos.



Figura 23. Filhos de Zambi no Seminário Arturos - Patrimônio Quilombola que Resiste 10 anos de Reconhecimento, 2024.

Autoria: Prefeitura Municipal de Contagem (Newton de Castro Rezende), 2024.

Assim, Jorge relata em entrevista concedida ao IEPHA-MG em 04 de novembro de 2024: “[...] E aí nós tivemos as condições de resgatar muitos jovens que já não estavam mais com aptidão para participar das nossas tradições. E aí a gente veio com esse trabalho, estamos com esse trabalho até hoje, mas ainda temos uma grande preocupação com os jovens [...]”. Jorge acredita que apenas 30% dos jovens da Comunidade participam das atividades culturais-religiosas.

Com o projeto, a participação dos mais novos nas atividades da comunidade aumentaram, desencadeando em subprojetos dentro do Grupo Filhos de Zambi. Entre eles está o “Encontro dos Saberes”, espaço onde os mais novos aprendem a história dos Arturos e tiram dúvidas sobre tudo relacionado às manifestações religiosas e culturais que a comunidade exerce, além de sua ancestralidade:

E aí assim, a intenção da gente é criar aqueles momentos que a gente realizava lá na minha infância. Para poder chegar e falar, olha, isso aqui é uma espada, isso aqui é um bastão, isso aqui é um tambor, é uma caixa. O significado disso é isso, isso, isso. Está aí a história da sua família, seu pai, seu avô, seu bisavô, o histórico da comunidade. Porque hoje os pais já não têm mais momentos para poder fazer esse tipo de diálogo e nós entendemos que é uma grande necessidade da comunidade, a gente voltar a ter esses momentos. Para conscientizar essa juventude, né, do que é comunidade e a importância da comunidade e a importância da manutenção na comunidade para poder ter condições de dar sequências nas tradições. (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada em 04 de novembro de 2024)



Figura 24. Filhos de Zambi no Seminário “Arturos - Patrimônio Quilombola que Resiste 10 anos de Reconhecimento, 2024”.

Fonte: Prefeitura Municipal de Contagem (Newton de Castro Rezende), 2024.

Os Filhos de Zambi são convidados para diversas apresentações na cidade de Contagem, e fora também, em que os jovens se apresentam em conjunto, interpretando suas danças ao som da percussão. O grupo conta, entre os seus dançarinos, com a coreógrafa Miriam Regina dos Santos, que os auxilia em todo o processo, dos ensaios às apresentações. Jorge salienta que a mudança no grupo e seu crescimento vieram dos investimentos que permitiram aprimorar seus instrumentos, os quais o próprio Jorge confecciona, além das vestimentas.

O Grupo Afro Arturos Filhos de Zambi tem se destacado como um elemento essencial na salvaguarda gestada pelos Comunidade dos Arturos. Através da música, dança, canto e teatro, o grupo não só fortalece a identidade cultural, mas também garante a participação dos jovens nas tradições da comunidade.

3.3.5. Festa da Abolição

Segundo o Dossiê de Registro (IEPHA, 2014), a Festa da Abolição na Comunidade dos Arturos marca a memória da luta e do sofrimento dos antepassados, reforçando o sentimento de força que guia o cotidiano da comunidade. Antigamente chamada de "Reinadinho" ou "Festa Pequena", em contraposição à Festa de Nossa Senhora do Rosário, a celebração era realizada no próprio dia 13 de maio, de forma mais restrita. A partir da década de 1970, passou a ser conhecida como "Festa da Abolição", ganhou maior participação do público externo, apoio municipal e novos elementos, como a encenação da assinatura da Lei Áurea, a caracterização de personagens escravizados, o boi e a Missa Conga. Atualmente, os Arturos adotam uma postura crítica nesse evento, utilizando-o para refletir sobre a luta antirracista e os desafios ainda enfrentados pela população negra.

Além das guardas de Congo e Moçambique, a festa conta com a participação dos Filhos de Zambi, e é marcada por uma reflexão crítica sobre a abolição da escravatura e suas consequências, questionando as narrativas oficiais que apagam o protagonismo negro das

histórias das lutas abolicionistas, chamando atenção para os problemas estruturais deixados pelo legado da colonização.

"A gente já começa o ano com o 13 de maio, que é a festa da abolição da escravidão, onde a gente faz essa releitura da abolição, não aos moldes do que nos é contado com a Princesa Isabel sendo a salvadora branca das pessoas pretas. A gente faz essa releitura para problematizar que uma lei com apenas dois parágrafos não é suficiente. E que precisam de políticas públicas que garantam o acesso da população preta recém-liberta a todos os setores, seja saúde, educação, moradia, segurança alimentar, tudo." (Hiago Daniel Herédia de Luz, em entrevista realizada em 10 de outubro de 2024)

Figura 25. Festa da Abolição



Fonte: Arquivo IEPHA-MG (Renata Gabocci), 2023.

Hiago Daniel Herédia de Luz, em entrevista ao IEPHA-MG em outubro 2024, reforça o caráter político e cultural da Festa da Abolição na Comunidade dos Arturos, destacando como a celebração tem se transformado em um espaço de reafirmação da luta antirracista e de crítica às narrativas oficiais sobre a história da abolição. Para Hiago, as diferenças entre essa festa e outras celebrações religiosas da comunidade, está na centralidade da memória, da cultura e da resistência negra do evento:

E aí a festa do 13 de maio é uma festa muito bonita, bem festiva mesmo. Eu faço essa comparação entre a festa de 13 de maio e de Nossa Senhora do Rosário. A festa de outubro de Nossa Senhora do Rosário é uma festa devocional, religiosa. A do 13 de maio [...] envolve as questões culturais, com a apresentação dos Filhos de Zambi. E sempre contando essa história,

fazendo essa releitura, tem a encenação dos escravos e tudo. Então ela é uma festa muito política e tem se tornado mais política nos últimos anos. A gente tem se apropriado por essa luta antirracista. Então eu acho que ela, se fosse para conhecer os Arturos como potência, você precisa vir na festa do 13 de maio". (Hiago Daniel Herédia de Luz, em entrevista realizada em 10 de outubro de 2024)

A Festa da Abolição na Comunidade dos Arturos evidencia como a luta e a mobilização antirracista são fundamentais para a salvaguarda do patrimônio cultural. Ao reafirmar criticamente a memória da abolição e denunciar as continuidades das desigualdades históricas, a comunidade transforma a celebração em um potente espaço de resistência e afirmação identitária. Esse movimento tem se fortalecido especialmente com a atuação da juventude Artura, que, ao se apropriar e articular de forma consciente essa luta, garante a vitalidade da tradição e reafirma a centralidade da resistência negra na construção e na proteção de seu patrimônio.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
Governo do Estado de Minas Gerais



4. CONTINUIDADE DAS PRÁTICAS E TRANSMISSÃO DA TRADIÇÃO

Os Arturos só são os Arturos do que é hoje, porque tem toda uma manifestação que foi transmitida de geração em geração e é preservada até hoje. Não fomos nós que criamos, foi a ancestralidade que criou e deixou para toda essa comunidade (Jorge Antônio dos Santos, Seminário Patrimônio Quilombola que Resiste – 10 anos de Reconhecimento, 2024).

A tradição só se mantém viva quando é transmitida às gerações futuras. Para isso, é essencial que a cultura, os modos de saber-fazer e todos os aspectos que compõem uma tradição sejam absorvidos pelos mais jovens. Na comunidade dos Arturos, a tradição e a cultura se mantêm vivas há 137 anos através do conhecimento que é passado das antigas gerações para as mais novas. A pauta da transmissão e continuidade das práticas é frequente e incessante, e os membros da comunidade destacam com veemência a necessidade de abordagem dinâmicas com a juventude artura, assim como a busca contínua por diálogos entre instituições públicas, parceiros e a comunidade. Ao longo do presente processo de revalidação, a comunidade destacou que os intercâmbios entre gerações funcionam como uma ponte para a continuidade dessas práticas. Em sua narrativa, o Capitão Jorge, figura de liderança, ressalta:

[...] a gente não está simplesmente dando continuidade a uma questão histórica. A gente está dando continuidade àquilo que foi a vida dos nossos mais velhos, dos nossos antepassados. E a partir daí a gente poder contribuir com as novas gerações, né? Para que eles aprendam, para que eles participem dessas manifestações é uma responsabilidade muito grande, né, porque eu sempre falo que [...] a comunidade dos Arturos há muitos anos deixou de ser comunidade dos Arturos, é comunidade do município, do estado, do país, uma vez que toda essa vivência, esse histórico, né, é divulgado através de vários materiais, publicado através da participação dos Arturos em vários eventos culturais tradicionais. E hoje a gente ter todo esse legado nas mãos para poder preservar, para poder transmitir para as novas gerações, é uma responsabilidade muito grande, e que aumenta a cada dia, né? (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada em 04 de novembro de 2024).

As práticas e referências culturais presentes na tradição dos Arturos não são apenas manifestações de identidade, mas também representam formas de resistência e resiliência frente às adversidades históricas e sociais enfrentadas ao longo do tempo. Através da transmissão oral de histórias e mitos contadas pelos mais velhos, a memória e os saberes,

acumulados por mais de um século, sobrevivem e mantêm a comunidade à frente de suas lutas.

Manter essas práticas vivas é fundamental não apenas para a preservação da cultura de um povo, mas também para assegurar seu direito à autodeterminação e à valorização de sua identidade em um contexto mais amplo. Ao resistirem e preservarem suas tradições, os membros do coletivo desafiam o processo de imposição de um sistema que frequentemente busca silenciar ou marginalizar suas histórias, ao mesmo tempo em que garantem direitos fundamentais para a comunidade. No entanto, para a sobrevivência das práticas e saberes, é necessário que a juventude se aproprie, se identifique e engaje na preservação e perpetuação da cultura e das tradições de seu povo. Na comunidade dos Arturos, existe a concepção de que houve uma mudança em relação a esse aspecto atualmente, quando comparado às gerações anteriores. Sobre isso, Jorge observa:

A gente enfrenta todas essas dificuldades e aí além de enfrentar, superar essas dificuldades, a gente tem também a responsabilidade de preparar [...] as novas gerações para enfrentar essas dificuldades. Porque as coisas vão mudando, né, de geração em geração, na minha época, enquanto criança, jovem, adolescente era muito mais difícil, mas a gente não tinha esse mundo aberto que a gente tem hoje, né? Os Arturos eram bem mais fechados e hoje as nossas novas gerações com a necessidade de formação para sair, para estudar, para ter o contato com esse mundo lá fora. Então a gente tem que ter um diálogo, uma preparação muito eficaz para com esses jovens, para que eles não se percam, né, nesse mundo da tecnologia, da injustiça, da desigualdade. E chega em uma posição de não querer mais se reconhecer como Arturos, e não participar das atividades, não dar continuidade. (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada em 04 de novembro de 2024).

Jorge ainda acrescenta que:

Lá na minha juventude, nós vivemos questões que nos levaram a ter esse pensamento, né? O que falou mais alto através do respeito, que a gente sempre teve para com os mais velhos foram a educação, as orientações com os mais velhos e isso fez com que a gente posicionasse [...] mais pelas questões da comunidade, então, por isso que é para nós foi um pouco mais fácil. Agora, hoje é mais complicado, né? Porque esse mundo aí da tecnologia, das injustiças, a gente tem que fazer com que criar meios, né, mecanismos para trabalhar a autoestima desses jovens para que eles se reconheçam enquanto Arturos, dando continuidade aí à preservação das nossas tradições. (Jorge Antônio dos Santos, em entrevista realizada em 04 de novembro de 2024).

Com base nessa fala, torna-se evidente que a manutenção das práticas tradicionais é essencial para a continuidade da cultura, pois representam não apenas o passado, mas também um elo vital entre o presente e o futuro. Resgatar e valorizar esses saberes implica garantir que as futuras gerações continuem a se identificar com suas raízes, promovendo, assim, uma convivência mais rica e plural. E, buscando uma maneira de incentivar a participação dos jovens, Naiara, que está à frente das questões administrativas dos Arturos, comenta sobre as estratégias que têm desenvolvido:

É uma estratégia importante que a comunidade adota, de trazer e incentivar a participação das crianças e da juventude o tempo inteiro e em todas as práticas. Por muitas vezes, a gente, enquanto crianças, os nossos mais velhos, eles tentavam nos poupar ou nos preservar ou nos proteger. E então, por exemplo, eu estava na cozinha, uma criança, você não pode mexer aqui porque você pode se queimar. Era aquele excesso de cuidado, né, de proteção. E hoje, é claro que a gente precisa ter todos os cuidados, né? E em todos os lugares que essas crianças estiverem, essa juventude, mas é muito importante que elas estejam o tempo inteiro junto dos nossos mais velhos e eu falo por mim, porque eu não perco a oportunidade da escuta para escrever projetos. Eu uso muito a escuta, não é? Eu não escrevo nenhum projeto da minha cabeça. Com certeza, aquilo que eu escrevo é uma resposta daquilo que eu já ouvi em algum momento dentro da comunidade. E com as crianças não tem sido diferente. Elas são incentivadas o tempo inteiro a estar junto, a participar, né? (Graciele Naiara Silva Veloso, em entrevista realizada em 21 de novembro de 2024).

Conforme mencionado por Naiara, além das estratégias de valorização da convivência entre jovens e mais velhos no cotidiano, a comunidade tem investido na elaboração, captação de recursos e execução de diversos projetos culturais e sociais com o foco principal de fortalecer essa transmissão, além de garantir sua autonomia e autogestão do grupo. O Ponto de Cultura Carmelinda Maria da Silva é responsável por oferecer oficinas culturais gratuitas, a partir de projetos aprovados em diversos editais de incentivo municipais, estaduais e federais, para os Arturos e comunidade externa, com aulas de artesanato, ritmos e construção de instrumentos percussivos e palestras para as relações étnico raciais e educação para o patrimônio. Além dessas atividades, a comunidade também promove oficinas de musicalização, pintura, bordados, artesanato, aulas de hidroginástica para os mais velhos; aulas de viola capira e violão para o público de mais de 60 anos e aulas de qualificação profissional em tranças para jovens de 15 a 29 anos, entre outras diversas iniciativas oferecidas. Sobre isso, ela também chama atenção para o fato de que:

Hoje, as crianças e a juventude, elas são o tempo inteiro, bombardeadas com muitas informações. E é muito difícil você conseguir canalizar de forma positiva essas informações, de forma que essas crianças e essa juventude entenda a necessidade e a importância de preservar esse legado dos Arturos. [...] Então é muito importante,

é muito importante, inclusive esses trabalhos intergeracionais em que as crianças e a juventude, estejam atentas o tempo inteiro, com essa necessidade, reconhecendo essa necessidade de dar continuidade a essa grande história, esse grande legado. (Graciele Naiara Silva Veloso, em entrevista realizada em 21 de novembro de 2024).

Diante disso, é fundamental destacar o conflito interno que pode surgir em adolescentes e jovens ao se depararem com a convivência com a comunidade externa. É comum que, ao serem expostos a uma realidade distinta daquela em que cresceram, passem a questionar seus modos de vida. Esse processo, embora natural, pode influenciar significativamente o autorreconhecimento e o pertencimento à identidade como Arturos. Nesse contexto, torna-se indiscutível o papel da educação na preservação e transmissão da história e dos valores culturais. Para que essa transmissão ocorra de maneira efetiva, é indispensável uma articulação sólida entre a comunidade, o poder público e as instituições escolares. Sobre essa questão, Naiara enfatiza que:

Olha, já existiu vários conflitos, né? Em relação, sobretudo, na rede de ensino. Mas eu digo que a gente avançou muito acompanhando nesses últimos tempos. Nós conseguimos estabelecer uma relação muito importante com a rede municipal de ensino, e não só municipal, né? Hoje, a comunidade, ela faz um trabalho de intercâmbio. Nós recebemos escolas, estudantes, pesquisadores, do mundo inteiro, né? Fazendo esse trabalho de contar um pouco sobre a nossa história, sobre o nosso modo de fazer, o nosso modo de viver, né? E eu acho que essa construção e essa exposição que a comunidade fica o tempo inteiro exposta, ela é muito positiva no sentido de deixar, né, esse legado para quem chega e para quem sai da comunidade, né? Identificando que aqui é um espaço de força, é um espaço de resistência, é um espaço de luta que trabalha, sobretudo, a educação, a educação antirracista, essa relação para as relações étnico-raciais. E aí a gente faz um outro movimento que é muito importante, que é trazer a academia, os estudantes, para a comunidade, mas também os professores. Fortalecendo a importância dessa consciência, né? Principalmente da rede de ensino de trazer para cá esse estudo, trazer para cá essas visitas que a gente pode contar sobre a história dos Arturos. (Graciele Naiara Silva Veloso, em entrevista realizada em 21 de novembro de 2024).

Interessante observar que, no caso apresentado por Naiara, a transmissão ao mesmo tempo em que se dá a partir da educação para um público externo, se concretiza pelas atividades cotidianas no interior da comunidade para novas gerações que se integram às práticas culturais ancestrais que as circundam.

Os exemplos e discussões apontados cima, descrevem fielmente o conceito de salvaguarda do patrimônio cultural, ou seja, o cuidado e a dedicação demonstrada pelas lideranças arturas acerca das trocas entre gerações, são ponto chave que permitem a perpetuação do legado ancestral deixado à Comunidade e conseqüentemente do patrimônio cultural protegido. O compromisso Arturo com essa continuidade realiza manutenção das práticas e concretizam caminhos para a sua salvaguarda, a partir do reconhecimento de gerações jovens com a identidade comunitária ancestral (UNESCO, 2003).

5. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

E eu vendo, assim, todo o trajeto desses nossos mais velhos, que fizeram com que a comunidade chegasse ao que ela é hoje. E eu não fazer nada para continuar isso... E aí eu me senti assim, não, eu não estou aqui por acaso. (...) Eu falei, não, eu vou ficar, eu quero ficar aqui. E se ficar aqui para não fazer nada, eu falei, não, não posso, então se minha avó nadou até aqui, eu vou continuar nadando. E nisso aí, minha avó faleceu também, a dona Tetana, e eu falei assim, não, eu vou continuar remando, se ela me deixou o barco aqui, eu continuo essa trajetória. E assim eu continuo muito feliz. (Aparecida do Nascimento Luz, Cida, em entrevista realizada dia 11 de novembro de 2024).

Muito antes de seu registro como patrimônio cultural imaterial em 2014, a Comunidade dos Arturos já era amplamente reconhecida e estudada, sendo objeto de interesse de pesquisadores, cineastas e documentaristas, como demonstra seu Dossiê de Registro (IEPHA-MG, 2014). Segundo este documento, a comunidade se destacou por salvaguardar um modo de vida rural e tradicional ligado à ancestralidade negra, mesmo em meio à crescente urbanização de seu entorno. Essa singularidade fez com que os Arturos fossem vistos como um exemplo notável de salvaguarda das cosmologias e matrizes africanas, atraindo o interesse de pesquisadores e agentes externos interessados em documentar e vivenciar esse universo cultural único.

Estudos realizados, mesmo antes do processo de registro (Sabará, 1997; Gomes e Pereira, 2000; Campos e Anastasia, 1991), apontaram a sólida organização política e comunitária dos Arturos, fundamentada, principalmente, pela prática ancestral do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, e a maneira como essa tradição se entrelaçava com a sociabilidade do grupo. A documentação dessas práticas e da estrutura social da comunidade revelou o "ser Arturo" como uma forte resistência cultural e uma noção de pertencimento muito bem definida.

Nas falas da comunidade, tanto nas entrevistas para a revalidação, quanto nos anos de convivência da equipe técnica, foi possível identificar o uso pleno e adequado dos termos

técnicos do patrimônio cultural. Termos como "salvaguarda", "registro", "educação para o patrimônio", "conservação", "inventário", e "fomento" são incorporados ao cotidiano político e social da comunidade, sendo parte de sua dinâmica interna e nas interações externas. Esse uso consciente e adequado dos conceitos demonstra a vitalidade da absorção e instrumentalização da política de patrimônio imaterial pelos Arturos a seu favor.

Além disso, a prefeitura de Contagem, por meio do programa ICMS Patrimônio Cultural²², desenvolvido pelo IEPHA-MG, fomenta a comunidade com recursos financeiros, o que contribui diretamente para o fortalecimento das iniciativas culturais e de salvaguarda do patrimônio. Essa colaboração é um exemplo concreto de como a comunidade, o poder público e as políticas de patrimônio podem trabalhar em conjunto para garantir a continuidade das tradições e práticas culturais, ao mesmo tempo em que fortalecem as condições de vida da população.

O reconhecimento dos Arturos como o primeiro quilombo patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais não apenas destacou a importância de suas tradições, mas também criou um modelo para outras iniciativas de proteção ao patrimônio quilombola e das comunidades tradicionais. Esse pioneirismo fortaleceu redes intercomunitárias e consolidou a posição da comunidade como referência para esse tipo de política. Debora Silva, historiadora e especialista em patrimônio cultural que atuou por 10 anos na gestão da salvaguarda da comunidade, afirma: "os Arturos ensinaram o IEPHA-MG a realizar um processo de registro de comunidade tradicional"²³. Ou seja, a comunidade teve um papel fundamental na construção de um modelo de patrimonialização que incentivou outras comunidades quilombolas e guardas de Reinado a buscar o reconhecimento de suas práticas culturais, ao passo que também formou e definiu as maneiras com a qual o Estado de Minas Gerais lida com esse tipo de bem cultural.

²²O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Patrimônio Cultural é um mecanismo de incentivo à preservação e valorização do patrimônio cultural em Minas Gerais. Ele faz parte do programa ICMS Solidário, que distribui parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios mineiros com base em critérios que incluem ações de preservação cultural.

²³ Fala realizada durante o Seminário Arturos - Patrimônio Quilombola que Resiste 10 anos de Reconhecimento.

Além disso, o registro trouxe uma visibilidade que projetou a criação de novas frentes de articulação e sustentabilidade para a comunidade. Essa visibilidade também trouxe à tona a necessidade de maior estruturação dentro da comunidade para gerenciar essas novas demandas externas.

Também contribuiu para maior visibilidade da comunidade pra fora e isso também fortaleceu entre nós a necessidade de melhor organização, de maior cuidado e todos os dobramentos que estão vindo aí ao longo desses últimos 10 anos. Assim contribuiu sobretudo, eu acho que é mais do que certificar, ampliar essa consciência mesmo, do pertencimento e da identidade, enquanto Arturos, né? E repetindo essa responsabilidade na manutenção desse legado, dessa história toda, dessas tradições todas, que nós preservamos da comunidade. E, claro, ampliando a consciência de ser Arturo, né? (João Pio, em entrevista realizada dia 02 de dezembro de 2024)

João Pio, liderança da comunidade, relatou em entrevista, por exemplo, que em um único ano – meados de 2019 – a comunidade recebeu cerca de 250 visitas escolares, o que mostra a alta demanda por conhecer suas práticas culturais. Da mesma forma, a relação com o turismo de base comunitária se ampliou com a comunidade recebendo, não apenas visitantes locais, mas também grupos estrangeiros, o que trouxe a necessidade de qualificação dos membros da comunidade para atender a esse público.

Nos últimos dez anos, o impacto da política de salvaguarda impulsionou o fortalecimento das frentes organizacionais internas da comunidade. A culinária Artura, que já era uma atividade tradicional, se consolidou como uma importante fonte de renda, além de ser um meio de transmissão dos saberes ancestrais. A criação de espaços especializados, dentro do território, para a gestão de demandas externas também se apresenta, como o desejo pela efetivação do Centro de Memória da Comunidade. O espaço encontra-se em obras por iniciativa do IEPHA-MG junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), porém, sua implementação não está garantida devido à falta de recursos no presente momento. A qualificação de profissionais locais que possam lidar com o turismo, a educação e as relações institucionais são essenciais para que os Arturos possam aproveitar os benefícios da visibilidade sem sobrecarregar suas dinâmicas internas.

Embora a crescente visibilidade tenha trazido diversos benefícios, ela também gerou desafios. Relatos de membros da comunidade indicam que, por vezes, se sentem negativamente como um “museu vivo”. Com suas práticas e sua vida cotidiana constantemente expostas, se veem alvo do assédio de curiosos, instituições e pesquisadores. Essa situação demanda um cuidado especial na gestão das visitas e das relações externas, para que as reais necessidades e a privacidade da comunidade não sejam negligenciadas em favor da visibilidade.

A trajetória dos Arturos reforça a eficácia da política de patrimônio cultural imaterial como ferramenta para a valorização cultural, desenvolvimento social, justiça social e enfrentamento ao preconceito racial. A diversificação das frentes organizacionais e o fortalecimento da presença política da comunidade são conquistas significativas, no entanto, os desafios associados à visibilidade e à alta demanda externa ressaltam a necessidade de estratégias que priorizem a proteção do patrimônio e o bem-estar da comunidade. Como as próprias lideranças mencionaram ao longo da pesquisa, a qualificação interna, através da capacitação para o turismo, bem como a formação em línguas estrangeiras e a criação de materiais multilíngues para atendimento ao público estrangeiro que é crescente, são passos essenciais para garantir que a política de salvaguarda continue a beneficiar os Arturos de forma sustentável, sem comprometer sua identidade e integridade. Esse tipo de ação é essencial para manter a acessibilidade e o engajamento com públicos globais, garantindo que o legado cultural seja transmitido de forma eficaz e respeitosa.

Dessa forma, ao longo dos últimos dez anos, a trajetória da patrimonialização da Comunidade dos Arturos evidenciou não apenas a valorização e promoção do coletivo, mas também o aumento expressivo de sua visibilidade e da quantidade de atores públicos, privados e da sociedade civil que passaram a se relacionar com a comunidade. Essa ampliação de interlocutores, embora positiva, trouxe consigo desafios complexos, especialmente no que diz respeito à gestão das múltiplas demandas externas. A título de exemplo, podemos mencionar, no âmbito do poder público, o caso da política de regularização fundiária, em que a comunidade precisa dialogar simultaneamente com o Estado, a Federação e o Município e suas distintas normativas para efetivar essa ação. O diálogo é realizado muitas vezes de forma desarticulada e separada, o que resulta em sobrecarga para as lideranças locais, duplicação

de ações, programas sobrepostos ou mal executados e dificuldades na continuidade das políticas.

Desde sua titulação como patrimônio cultural imaterial, em 2014, os Arturos vêm alertando o IEPHA-MG, órgão responsável pela articulação da salvaguarda, sobre a necessidade de um comitê interinstitucional que centralize e coordene as ações oriundas de frentes diversas e que tenham relação com o grupo. Após anos de demanda e diálogo da comunidade com IEPHA-MG e seus parceiros, o Comitê de Salvaguarda da Comunidade dos Arturos foi instituído pela Instrução Normativa 01/2024 do IEPHA-MG, e é composto por 5 membros natos da comunidade, pela Secretaria de Cultura de Contagem, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Contagem, pelo Conselho Municipal de Igualdade Racial de Contagem, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelo IEPHA-MG, pela PUC Minas e a UFMG. Desde então, o comitê tem realizado reuniões trimestrais e encontra-se em processo de elaboração de seu plano de trabalho. A criação desse espaço institucional representa um marco para a política de patrimônio imaterial em Minas Gerais, ao responder de forma concreta a uma demanda histórica da comunidade e criar mecanismos mais eficazes de governança para a salvaguarda de bens culturais de natureza coletiva, o que pode facilitar o enfrentamento dos desafios expostos nessa seção. Trata-se de uma conquista que deve ser acompanhada de perto nos próximos anos, servindo como referência para outros processos semelhantes no estado e no país.

A experiência dos Arturos demonstra, assim, que uma política de patrimônio efetiva deve necessariamente considerar a escuta ativa das comunidades, a articulação entre diferentes esferas de governo e o compromisso com a continuidade das práticas culturais sem que isso comprometa o bem-estar e a autonomia dos grupos envolvidos.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
Governo do Estado de Minas Gerais

6. RECOMENDAÇÕES

Ficou demonstrado, ao longo deste relatório, que a Comunidade Quilombola dos Arturos permanece mantenedora dos valores patrimoniais históricos, comunitários, estéticos e de memória que fundamentaram seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais em 2013. A vitalidade dos bens culturais registrados, o compromisso com sua transmissão, a força da organização comunitária e a centralidade do território como espaço formativo evidenciam a continuidade e o dinamismo do bem cultural, reafirmando sua importância para a formação histórica e sociocultural de Minas Gerais. Diante disso, este relatório recomenda a produção de parecer técnico favorável à revalidação do registro.

Ao mesmo tempo, o relatório também aponta que determinadas questões precisam ser levadas em consideração para o aprimoramento e a atualização da política de salvaguarda, tanto no presente quanto no futuro da comunidade. São elas:

1. Que seja recomendado, como prioridade ao Comitê Gestor da Salvaguarda, a elaboração do Plano de Salvaguarda da Comunidade dos Arturos, como instrumento para fortalecer ainda mais a autogestão e a gestão compartilhada do bem, assim como para documentar e instrumentalizar a experiência exemplar e de referência que os Arturos representam para a política de salvaguarda no Brasil.
2. Que sejam estabelecidas medidas de apoio logístico e financeiro para a manutenção do Comitê Gestor da Salvaguarda e para a formação continuada de seus membros nos fundamentos e metodologias da gestão participativa do patrimônio cultural.
3. Que o apoio e a articulação institucional para a efetivação da regularização fundiária do território tradicional permaneçam como medidas prioritárias na agenda do IEPHA-MG, reconhecendo não apenas a necessidade da titulação formal, mas também a importância do apoio à gestão, ao manejo e à proteção do território — incluindo sua área de influência — frente aos impactos do avanço do contexto urbano e grandes empreendimentos sobre a comunidade.

4. Que a política de salvaguarda se mantenha atenta à indissociabilidade entre o patrimônio imaterial e sua materialidade, com atenção ao diagnóstico, monitoramento e apoio a medidas de conservação, restauro e requalificação das edificações de referência que se mantêm no território, como a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Casa Paterna, bem como do acervo de objetos, instrumentos, imagens sagradas e documentação histórica dos Arturos.
5. Que sejam incrementadas ações de formação para os técnicos do Instituto, com foco na compreensão da indissociabilidade entre o patrimônio imaterial e sua materialidade, como forma de ampliar e fortalecer a salvaguarda do bem. Essa formação é fundamental para que os diferentes setores do IEPHA-MG, especialmente para que aqueles historicamente mais voltados ao patrimônio material, possam atuar de forma integrada, sensível e alinhada aos princípios da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
6. Que se desenvolvam ações de formação continuada para os membros da comunidade que atuam diretamente na gestão e mediação com o público, envolvendo a formação em temas como turismo de base comunitária, museologia social e formação em línguas estrangeiras, com o intuito de qualificar e sustentar a visibilidade adquirida pelos Arturos a partir de sua patrimonialização.
7. Que o IEPHA-MG atue no apoio à implantação do Centro de Memória da Comunidade, a ser instalado na Casa Paterna, como espaço de salvaguarda, documentação e fortalecimento da autonomia local.
8. Que a nova inscrição do bem no Livro de Lugares passe a constar como “Comunidade Quilombola dos Arturos”, de forma a refletir a identidade quilombola reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares desde 2004 e amplamente fortalecida ao longo dos anos, tanto no interior da comunidade quanto nas instituições. A inclusão do termo “quilombola” assegura maior precisão na identificação do bem cultural e no reconhecimento de sua especificidade;



9. Por fim, que sejam criadas medidas para ampliar o reconhecimento e a valorização dos saberes da Benzeção em Minas Gerais, a partir da centralidade que esses saberes têm no registro dos Arturos, recomendando-se a realização de um processo de identificação desse bem cultural através de um Inventário dos Saberes da Benzeção em Minas Gerais para fins de registro em âmbito estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2019.
- CAMPOS, Adalgisa, e Carla Junho ANASTASIA. **Contagem: “Origens”**. Belo Horizonte: Mazza, 1991.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CASTRO, Celso. **Textos básicos de antropologia: Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CUNHA, C. G., & Gonçalves, C. R. (2018). A TRADIÇÃO ORAL DAS PRÁTICAS DE BENZEÇÃO. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 10 (Ed. Especi), 30–42. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/528>.
- DE MELLO, Marina. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Editora UFMG, 2002.
- FRANCA, Ana Maria dos Santos. **Os tamborzeiros de Araçuaí (MG): mediações raciais na Festa do Rosário**. Dissertação (Antropologia Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- GALLOIS, Dominique, T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: Terras indígenas e unidades de conservação da natureza.**, 2004.
- GOMES, Núbia Pereira de M; PEREIRA, e Edimilson de Almeida. **Negras raízes mineiras: Os Arturos**. Belo Horizonte: Mazza, 2000.
- GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**, 2012. Traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975.
- IEPHA-MG. **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/MG**. Belo Horizonte, 2014.
- IEPHA-MG. **Dossiê de Registro dos Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2023.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário: um estudo etnomusicólogo do congado mineiro.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OVIDEIO, Antonio; LIMA, William; SOUSA, Francisco. **As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil.** Instituto Socioambiental (ISA) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Brasília, 2024. Link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pressoes-ambientais-nos-territorios-quilombolas-no-brasil>

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Os tambores estão frios.** Herança cultural, 2005.

PEREIRA, Miriam Aprígio. **Luízes, um quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e reexistência dos Pretos das Piteiras.** Dissertação (Mestrado) — Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Luciano Duarte; SGUERRA MISKULIN, Rosana Giaretta. Conceito de Comunidade de Prática: um olhar para as pesquisas na área da Educação e Ensino no Brasil. **Revista de Educação Matemática**, [s. l.], v. 14, n. 16, p. 16–33, 2017. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/290>. Acesso em: 6 dez. 2024.

SABARÁ, Romeu. Romeu. **Comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP (Tese Dout.), 1997.

SANTOS, C. Território e Territorialidade. **Revista Eletrônica Zona de Impacto**, [S. l.], v. 12, ano 11, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html. Acesso em: 6 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: **UNESCO**, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 09/04/2025.

REFERÊNCIAS ORAIS

Everton Eustaquio da Silva - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

Gracielly Naiara Silva Veloso - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

Hiago Daniel Herédia de Luz – Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

João Carlos Pio de Souza – Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada em 02 de dezembro de 2024.

Jorge Antônio dos Santos - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

José Bonifácio (Sr. Bengala) - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2024.

Maria Aparecida do Nascimento Luz - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

Maria Goreth - Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.

Raimundo Eustáquio da Luz – Comunidade dos Arturos. Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2024, Contagem, Minas Gerais.



APÊNDICE I
RELATO DE CAMPO

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS
OUTUBRO DE 2024

RELATO DE CAMPO

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS OUTUBRO DE 2024

Elaboração: Nicole Faria Batista, Maria Luiza Dias Olivera, Steffane Pereira Santos, Fabiany Silva e Camilly Aguiar.

Quarta-Feira | 09 de outubro de 2024

A tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, que se realiza na comunidade quilombola dos Arturos, aconteceu neste ano (2024) durante os dias 11, 12, 13 e 14 de outubro²⁴, no entanto, os preparativos para a comemoração se deram com alguns dias de antecedência. A equipe da GPCI – Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial – acompanhou a celebração no âmbito do trabalho de campo para elaboração do Relatório de Reavaliação do título da comunidade como patrimônio cultural de Minas Gerais. As servidoras designadas a acompanhar os preparativos foram: a gerente de patrimônio imaterial Nicole Batista, as analistas Steffane Santos e Maria Luiza Dias, e as estagiárias Fabiany Silva e Camilly Aguiar.

Na quarta-feira (09/10/2024) houve a preparação dos biscoitos, os quais seriam vendidos na festa e viriam a compor a mesa de café servido às guardas. Dessa forma, não somente observamos a produção, como colaboramos ativamente modelando a massa dos biscoitos. A participação neste momento é de suma importância, afinal, assim construímos relações aproximadas com algumas mulheres da comunidade que se dedicam à cozinha do cortejo, como a Cida (Aparecida Luz) e uma das lideranças, Naiara, que esteve presente – embora a Naiara participasse de outras funções, não exclusivamente da cozinha. Simultaneamente, outras pessoas se dedicavam à decoração, limpeza, ensaios etc. A preparação é muito delicada e requer certa técnica, pois os biscoitos se diferenciam pela cor

²⁴ Esses são os principais dias da Festa, no entanto, a programação oficial teve início no sábado dia 28 de setembro com o levantamento das bandeiras de aviso, no dia 03 de outubro com o início da novena, seguido pelas datas de 11, 12, 13 e 14 de outubro.

e sabor, além de que cada tipo possui um formato específico e tempo de cozimento. Durante a produção do “corre-corre” recebemos a informação que o quitute foi nomeado devido ao seu tempo de preparo, uma vez que, ao ser colocado no forno, assa muito rápido e gera um “corre-corre” entre os presentes para retirá-lo.



Figura 1: Biscoito corre-corre antes de ser assado.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

O forno utilizado é a lenha e, entre uma fornada e outra, é varrido com uma vassoura de alecrim, para que as fuligens não atrapalhem ou interfiram no gosto dos biscoitos. A sabedoria ancestral e tradicional se mostra presente em cada detalhe, desde as quantidades dos ingredientes até a modelação. Alguns dos biscoitos são assados sobre uma folha de bananeira, sem qualquer tipo de utensílio doméstico.



Figura 2: Forno a lenha.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 3: Biscoito sendo preparado com folha de bananeira.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 4: Pincelamento da calda.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A massa é sovada manualmente, principalmente a do pão, no entanto, para a produção de alguns biscoitos, como o de canela, é utilizada uma batedeira industrial para misturar os ingredientes. Cida nos explicou que operar a máquina é de grande serventia, pois além de poupá-las do desgaste físico (em virtude de serem produzidos sempre em grande quantidade), é possível um aproveitamento melhor do tempo que seria gasto realizando a mistura. Durante a preparação, apenas mulheres da comunidade – além das servidoras que estavam presentes – auxiliaram na cozinha, um número entre 7 e 10 mulheres circularam no dia 09, das 7h às 17h, horário em que a equipe da GPCI acompanhou os preparativos; contudo, nos informaram que o preparo perduraria até tarde da noite.



Figura 5: Biscoitos de canela sendo modelados.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 6: Biscoitos sendo modelados.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 7: Trabalho em conjunto para moldar a massa
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Presenciar a elaboração da iguaria foi uma oportunidade imprescindível para a estruturação do Relatório de Revalidação. A comida é uma peça fundamental, tanto para a comunidade quilombola, quanto para o Congado – o qual os Arturos fazem parte, sendo a Culinária dos Arturos um dos bens inventariados pelo IEPHA-MG em 2014 no âmbito do registro do grupo. A cozinha, além de um espaço de preparação, é também um lugar social, onde vínculos são gerados e estabelecidos. Em diversos momentos era comum ouvir frases como “e sua mãe, como está?”, “e você melhorou, menina?” Em certo ponto foi discutido a respeito do uso de medicação ansiolítica, e observamos que, entre as senhoras presentes no momento, todas faziam uso de antidepressivos, de acordo com elas, “pra diminuir a tristeza e a ansiedade”. Esse fato nos causou comoção, sobretudo, porque em conversas prévias e informais, fomos advertidas a respeito das violências sofridas pela comunidade, que vão desde racismo até a ameaça ao território por meio das obras que acontecem no entorno do quilombo, o que prejudica diretamente o cotidiano e a saúde dos moradores.

Por fim, finalizamos a nossa visita com um delicioso café fornecido pela Comunidade, com muitas das iguarias que produzimos ao longo do dia. Às 18 horas, retornamos ao IEPHA-MG.

Quinta-feira | 10 de outubro de 2024

Na quinta-feira (10/10/2024), chegamos à comunidade às 14 horas e seguimos com o auxílio na produção das iguarias. No que tange a preparação para a festa, esse foi a principal ação executada nesse âmbito pelos quilombolas naquele dia, além da preparação, limpeza e decoração não apenas do salão principal e da capela, mas das ruas do quilombo – além da novena, que ocorre nos 9 dias que antecedem o início da festa, com o candombe na sexta. Porém, a visita teve como foco principal a realização de entrevistas com algumas pessoas que detêm saberes fundamentais sobre os bens culturais da comunidade, procurando, assim, compreender os impactos da patrimonialização da Comunidade dos Arturos e quais as modificações e transformações que a comunidade vem enfrentando nos últimos dez anos. As entrevistas foram conduzidas pela analista Maria Luiza Dias, pela estagiária Camilly Aguiar e registradas em vídeo pela Isa Maria Marques, técnica de comunicação social do IEPHA-MG. Foi utilizado um roteiro de perguntas semi-estruturado, feito previamente em conjunto com as demais servidoras, para preparação e condução das entrevistas. O roteiro foi dividido em seis blocos de perguntas: 1) Identificação; 2) Relação com o bem cultural; 3) Transmissão do bem cultural; 4) Transmissão de conhecimentos tradicionais na comunidade; 5) Território e Apoio; 6) Participação e valorização do bem cultural.

Inicialmente, em discussão com o Everton, liderança do quilombo, a figura do “Zé Bengala” foi indicada por ele como essencial para os Arturos, e, portanto, como central para dar início às entrevistas. José Bonifácio, conhecido como Zé Bengala, é um dos mais velhos da comunidade, capitão de congado, capitão da Folia, mestre em batuque e a referência para os Arturos ao se pensar os saberes ancestrais e as tradições culturais que faz parte, como o Congado e a Folia de Reis. Além disso, Zé Bengala é referência para a transmissão dos saberes por meio do Congo Mirim, entre outras atividades exercidas na comunidade. Durante a entrevista, para além da lógica de perguntas e respostas, foi notável a importância e o respeito de toda a comunidade com o Zé Bengala. Além do visível afeto ao se referir a ele, conduzimos a entrevista no meio do salão da Comunidade dos Arturos, que estava em obras para a realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Com isso, o barulho era evidente, tanto da obra, quanto da circulação de pessoas, que conversavam entre si. Em um certo momento da entrevista, o barulho aumentou devido ao início de uma chuva e da conversa

das pessoas ao fundo, assim Zé Bengala virou e pediu educadamente que as pessoas fizessem silêncio, por conta da entrevista. Nesse momento, todos falaram que tudo bem e dispersaram, conduzindo as atividades de forma silenciosa, observando-se uma relação de respeito mútuo e admiração pela sua figura.



Figura 8: José Bonifácio, também conhecido como Zé Bengala, uma das lideranças da Comunidade dos Arturos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A segunda entrevista realizada na quinta-feira foi com uma das jovens lideranças do quilombo, o Hiago. A importância de estabelecer um diálogo com os mais jovens da comunidade, para compreender as suas perspectivas sobre o seu território, é fundamental para a salvaguarda do patrimônio cultural. O Hiago é uma jovem liderança da área da saúde do Quilombo dos Arturos. Congadeiro, formado em fisioterapia, atualmente é estudante de medicina e mora em Salvador (BA), distante do quilombo. Porém, a sua atuação dentro da Comunidade dos Arturos continua através do desenvolvimento de diversos projetos voltados para a área da saúde. Na pandemia, atuou como linha de frente, prestando apoio para as famílias do quilombo. Durante a entrevista, o Hiago chamou a atenção para a importância de se pensar a comunidade como um centro de referência para a cultura negra, mas que para a manutenção das suas práticas, as famílias precisam de apoio, seja financeiro, seja para a garantia de direitos, como acesso à saúde, infraestrutura, educação, manejo do território etc.

Ademais, em meio aos relatos do Hiago, foi notório o impacto que a patrimonialização da Comunidade dos Arturos teve sobre a sua compreensão de si. Apesar de ter nascido e crescido no quilombo, a sua infância e adolescência foram distantes das práticas dos Arturos, por conta da sua proximidade com religiões neopentecostais. Foi durante a sua primeira graduação, a partir do contato com a universidade e os debates políticos realizados em seu âmbito, que o Hiago passou a se identificar como um homem negro quilombola, resgatando a sua identidade como Arturo. Nesse processo, os Cadernos do Patrimônio Cultural e, especialmente, o “Documentário Registro Bem Imaterial - Comunidade dos Arturos - IEPHA-MG” foram fundamentais para o Hiago conhecer a história dos seus antepassados e de sua comunidade. As produções audiovisuais foram ressaltadas por ele, a todo o momento, como uma forma inclusiva de registro e valorização do bem cultural, visto que elas podem ser acessadas por pessoas de todas as idades, que podem visualizar e se identificar com a produção.



Figura 9: Entrevista com Hiago, liderança da área de saúde da Comunidade dos Arturos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

As entrevistas foram enriquecedoras, sendo interessante compreender as perspectivas do Zé Bengala e do Hiago acerca da Comunidade dos Arturos e da manutenção, transmissão e valorização de suas práticas. Quando finalizada a entrevista com o Hiago, o dia já havia anoitecido e o retorno para o IEPHA-MG aconteceu às 18h30min.

Sexta-Feira | 11 de outubro de 2024

Chegamos à sexta da festa por volta das 19h, acompanhados por colegas da GIP (Gerência de Identificação e Pesquisa). A movimentação já estava intensa, com a presença de internos e externos, todos imersos na atmosfera singular da celebração. Pudemos perceber que haviam muitos pesquisadores, já parceiros de longa data da comunidade, vizinhos, uma equipe de filmagem de um projeto interno dos Arturos, e o cineasta César Fraga, referência nacional no campo do audiovisual de documentação da diáspora africana. A cerimônia havia começado pela Novena, conduzida por uma das mais velhas da comunidade. A solenidade da ocasião era evidente, e as lideranças femininas, com destaque para as mais velhas, foram posicionadas em cadeiras próximas ao altar. Durante a oração, foram tratadas de maneira solene, um reconhecimento claro do respeito à sua sabedoria e posição dentro da comunidade. Eram entoados cânticos e rezas pela condutora, sendo estes repetidos pela audiência.

A senhora que conduzia a novena, num gesto de inclusão, chamou as jovens da comunidade para se aproximarem do altar. Em um ato simbólico, fez uma oração especial para elas, que sorriam ao mesmo tempo satisfeitas e constrangidas com a visibilidade. Ao final da novena, todos os presentes foram convidados a se aproximar do altar e, um por um, na fila, reverenciaram o altar “batendo cabeça”, como sinal de respeito profundo e devoção.

Com o término da novena, a celebração continuou com o Candombe, uma manifestação que, para além da dança e música, é marcada por um forte vínculo espiritual. Os homens - únicos autorizados a tocar o Santana, Santaninha e Jeremias, os tambores do candombe- liderados por Bengala, uma das grandes lideranças espirituais da comunidade, se posicionaram na parte direita da capela, no canto. Bengala, com um tom grave e respeitoso, ressaltou a profundidade daquele momento, afirmando que era uma ocasião solene, de fundamento do Reinado. Pediu, com firmeza, que não fossem tiradas fotos, exceto aquelas autorizadas, pois se tratava de um momento íntimo de conexão direta da comunidade com sua ancestralidade.

O Candombe teve início com os candombeiros puxando pontos, cantigas de fé e devoção, intercaladas com brincadeiras e risos que ajudavam a criar um ambiente de união e descontração. Os pontos, ou cantos, do Candombe são passados e aprendidos na prática, entre as gerações, mas podem ser adaptados ou transformados durante a prática. Quem entrava na roda do Candombe precisava colocar a mão nos três tambores, como uma forma de pedir ao tocador que parasse para que pudessem puxar seu próprio ponto, que seria respondido pelos outros. A dinâmica de troca de pontos entre os participantes é um aspecto essencial do Candombe.

No entanto, houve um pequeno hiato entre o início da celebração e o engajamento da comunidade que estava acompanhando “da platéia”, e nos pareciam estar um pouco tímidos para se integrar de imediato. Os candombeiros, insistiram nos cantos que chamavam o público a se juntar à roda, com ênfase especial na participação das mulheres e das crianças. O incentivo deu resultado, e muitas crianças, em uma demonstração de pertencimento, entraram na roda e começaram a tirar pontos. Foi emocionante ver essas crianças, ainda tão jovens, puxando cantos que faziam homenagens aos mais velhos, incluindo Bengala, em um claro reconhecimento da sabedoria ancestral e da continuidade da tradição.

O ponto mais emocionante ocorreu no final da celebração, quando os candombeiros, ao retornarem com os tambores para a sala onde eles são guardados, foram seguidos por uma criança que chorou copiosamente. Ela havia sido impedida de entrar na sala com eles, devido aos interditos religiosos que limitam o acesso de não iniciados a certos espaços sagrados. O choro da criança nos parece relevar a força do pertencimento e da vontade dos pequenos em acompanharem e participarem integralmente das tradições do grupo.

Ao final do Candombe, continuamos na comunidade para um café, regado às quitandas as quais a equipe do IEPHA-MG tinha ajudado a preparar no dia anterior. Conversamos muito sobre o Candombe, pois por ser um dos fundamentos mais solenes, misteriosos e restritos do Reinado, sua execução gera muita curiosidade e animação tanto entre pesquisadores, que estavam presentes em uma grande quantidade no dia, quanto entre os próprios Arturos. Everton presidente da Irmandade nos mostrou um vídeo em um canal de Youtube que contém arquivos audiovisuais do Candombe realizado nos Arturos nos anos 1980. O presidente debateu conosco acerca da abertura da prática ao longo dos anos para

um público mais que a comunidade e também sobre a interdição de realizar filmagens e fotografias, explicando que é um momento íntimo e solene, sendo necessário vivenciá-lo por inteiro sem a intermediação de câmeras. Entretanto, ele explica que pessoas autorizadas e com justificativas cabíveis que reverberarão em direitos para comunidade são autorizadas a filmar e fotografar, como o IEPHA-MG, algumas pessoas da própria comunidade e parceiros próximos.

Sábado | 12 de outubro de 2024

Ao que concerne o dia de sábado (12/12), a saída da equipe do IEPHA-MG, composta por Camilly Souza, Fabiany Silva, Steffane Santos e Maria Luiza Dias, em direção à Comunidade dos Arturos, ocorreu às 17h30min. As celebrações tiveram início nos Arturos às 18h e, após a concentração, caminhamos junto às guardas de Congo e Moçambique até a entrada da comunidade, quanto as Guardas de Congo e Moçambique se dividem. A guarda de Congo segue em cortejo para a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário no bairro Alvorada (Contagem). Ao percorrer o bairro, percebemos a recepção dos moradores em relação ao festejo: algumas pessoas batiam palmas no ritmo das canções, tiravam fotos, gravavam vídeos dos celulares e gritavam palavras de incentivo, muitos moradores assistiam da janela de suas casas. Ao chegar na igreja, as guardas de congado entraram pela porta dos fundos, de modo a ficar de frente para as imagens no altar (de Jesus e Nossa Senhora Aparecida), entoando cantos.

Enquanto isso, a guarda de Moçambique foi em um ônibus guiado por um membro da comunidade até o Cruzeiro localizado na Praça Vereador Josias Belém, onde fica a casa de Cultura de Contagem, para o levantamento de um mastro no local. Na oportunidade, o Presidente da Irmandade convidou uma das analistas do IEPHA-MG para acompanhar o momento. Além da guarda de Moçambique, apenas a analista e uma outra pesquisadora parceira de anos da comunidade participaram da cerimônia.

Ao chegarmos ao cruzeiro a Guarda se locomove em fila até o cruzeiro, onde são acesas velas enquanto são feitas algumas orações e em seguida cantam em coro e circulam em volta do cruzeiro até o levantamento do mastro. O momento é de fundamento para o

Reinado, e de certa forma íntimo para a Guarda, tendo em vista que o Cruzeiro está fora da região central da cidade e em um local de pouco movimento. A cerimônia é marcada por uma energia muito forte dos cantos e dança que preenchem o local, em que não se escuta nada no entorno. Após o levantamento do mastro todos se dirigem até o ônibus que vai em direção a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde se reúnem a guarda de Congo.



Figura 10: Levantamento do mastro pela Guarda de Moçambique no Cruzeiro.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Tivemos alguns minutos de espera enquanto o restante das guardas chegavam à Igreja. Assim que o ônibus chegou, as guardas de congado saíram, dando espaço para o Moçambique, que também entrou pela porta dos fundos da Igreja, parando em frente ao altar.

Em seguida, todos saímos para o lado externo da Igreja, acompanhando as guardas. Nesse momento, todas as guardas se posicionaram ao redor do mastro, cantando e louvando enquanto a bandeira de Nossa Senhora do Rosário foi levantada, marcando o início da Festa

de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos. Nesse momento, houve um espaço para que os fiéis, tanto das guardas, quanto da comunidade externa, fossem até a bandeira para saudá-la através de uma oração. A celebração teve o seu final às 21h, na própria Igreja de Nossa Senhora do Rosário e as guardas retornaram para Comunidade em cortejo.

Domingo | 13 de outubro de 2024



Figuras 11: Amanhecer na Comunidade dos Arturos, marcando o início da celebração de domingo.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

O domingo é marcado pela Matina na Comunidade dos Arturos. A Matina é um momento de abertura dos trabalhos, muito comum nos fundamentos do Reinado, e precisa ser iniciada antes do sol nascer. Consiste em um cortejo, geralmente acompanhado por um grupo menor de pessoas, em comparação aos cortejos realizados em outros turnos. Esses cortejos são acompanhados geralmente por reis, rainhas, capitães e uma série de cantos e orações são realizados.

Por volta de 4h00 da manhã as pessoas começaram a se reunir na Capela da comunidade. A rainha conga Maria Lúcia da Silva pediu que tocassem os tambores para chamar ainda mais pessoas da comunidade, em um ato de acordar também os tambores. Cerca de 20 pessoas, em sua maioria membros da Comunidade, participam do momento de

A comunidade adentra a igreja em reza e em cantoria, marcando o início dos trabalhos de mais um dia de festa. Na saída da paróquia, os mastros levantados no primeiro dia de novena são saudados. Com o dia quase amanhecendo, retornamos para a comunidade em cortejo.



Figura 14: Saudação ao mastro no exterior da Igreja.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 15: Retorno do cortejo à comunidade.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

O retorno marca um momento de visita às casas de Reis e Rainhas da comunidade. Os Reis e Rainhas nos esperam em suas portas, com biscoitos e cachaça. Recebemos a cachaça

em nossas mãos e ouvimos: “Enquanto você lava a sua mão, vai pedindo coisas boas”. E assim, se repete a ida às casas dos Reis e Rainhas da comunidade. Onde somos recebidos com cachaça e, por vezes, vinho, enquanto o céu fica cada vez mais claro.

Ao final das visitas, o cortejo se desfaz e somos direcionados para o café. O café é marcado pelas quitandas das mulheres da comunidade, com biscoitos diversos que foram preparados desde quarta-feira na comunidade. Após o café, as guardas de Congo e Moçambique começam a se organizar para iniciarem os trabalhos do longo dia de cortejos que está por vir. Já é totalmente dia. O céu está límpido, muito azul. As guardas da comunidade iniciam seus trabalhos na capela saindo pela comunidade para cortejo. Ao saírem saúdam ainda o mastro levantado na frente da capela.



Figura 16: Guardas da Comunidade dos Arturos saúdam a bandeira no exterior da capela.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figuras 17: Guardas de Congado e Moçambique saem em cortejo pela comunidade.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A comunidade então começa a receber a visita de guardas de outras localidades, seja do próprio município de Contagem, como de outros como Piracicaba, Ribeirão das Neves, Sabará, marcando, assim, o início do cortejo que retorna à Paróquia de N. S. do Rosário onde irá ocorrer a Missa Conga. Para isso, o cortejo ainda visita e busca Reis e Rainhas.



Figura 18: Guardas dos Arturos e de outras localidades em cortejo, com reis e rainhas, pela comunidade.
Fonte: Acervo IEPHA-MG, 2024.



Figura 19: Guardas buscando reis e rainhas em suas casas.
Fonte: Acervo IEPHA-MG, 2024.



Figuras 20: Cortejos indo em direção à Igreja.
Fonte: Acervo IEPHA-MG, 2024.



Figuras 21: Guardas adentrando a Igreja para Missa Conga.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 22: Coroas e espada da Comunidade dos Arturos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 23: Missa conga.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A Missa Conga é marcada por sua reza cantada, traço indissociável da cultura negra e dos Reinados e Congados. No altar da Igreja do Rosário podemos observar em meio aos

santos católicos, o desenho de um tambor do Congado marcando o espaço sagrado. Após a Missa Conga, retorna-se à Comunidade Quilombola dos Arturos, para o momento de almoço na comunidade.

A chegada a sede da comunidade já demonstra um ambiente mais cheio e animado do que aquele da saída. Alguns visitantes e comunitários optam por não acompanhar o cortejo e aguardar seu retorno na sede. Diversas barraquinhas são armadas para venda de comida, bebida e também de artesanato e outros itens fabricados pelos Arturos, o movimento é grande e há música e celebração vindo também de dentro das casas da comunidade, onde algumas famílias montam mesas e se juntam nas varandas e quintais observando a festa.



Figuras 24: Cortejos retornando à comunidade para almoço.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

As guardas e os visitantes se posicionam em fila na cozinha montada no salão principal da comunidade. Mesas também são postas no local para acomodar os visitantes. Cada guarda se posiciona em frente as cozinheiras, munidas de enormes panelas de comida em quantidade, e as agradecem com cantos e bençãos. “Agradeço a cozinheira que fez a comida com alegria, essa comida é a igual a que São Benedito fazia”, entoam. Cada um dos reinadeiros saiu da saudação com um prato servido com fartura com arroz, feijão, carne cozida, salpicão, macarrão e salada, um banquete digno da realeza artura. Após o almoço

todos foram também servidos com doce de leite e mamão. O almoço demarca um momento de celebração e troca na comunidade. As cozinheiras são mulheres da comunidade que preparam cuidadosamente o farto almoço para as muitas guardas que a comunidade recebe no domingo.





Figuras 25, 26 e 27: Cozinheiras servindo o almoço às guardas convidadas.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 28: Guardas almoçando na comunidade, pós Missa Conga.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Após comerem, as guardas novamente agradecem às cozinheiras pela comida, entoando cantos no salão da comunidade, onde algumas guardas almoçam e outras já se despedem. Finalizando, assim, as visitas do domingo de festejo na Comunidade dos Arturos.

Segunda-feira | 14 de outubro de 2024

A equipe da Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial do IEPHA-MG chegou na comunidade às 10 horas e pôde acompanhar o final da missa que iniciava a programação da segunda-feira. Ao fim da missa, o mestre Bengala e algumas crianças se mantiveram na Capela, aonde foram chegando mais crianças para ensaiar a saída do Congo Mirim. Durante 1 hora, Mestre Bengala fez e refez diversos movimentos com as crianças e jovens que fazem parte do grupo. O Congo Mirim é formado majoritariamente por meninas, tendo apenas 2 meninos responsáveis pelo toque das caixas.

Ao fim do ensaio, Mestre Bengala orienta as crianças em fila irem até o altar da Capela, saudarem as Rainhas e Rei do Reinado, coroas e as santas e saírem em cortejo da Capela para visitar algumas casas da Comunidade. Ao fim das visitas a equipe do IEPHA-MG retornou ao Instituto.



Figura 29: Mestre Bengala ao centro as crianças do Congo Mirim ensaiando na Capela.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 30: Congo Mirim em visita as casas.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

APÊNDICE II

RELATORIA DA OFICINA DE INVENTÁRIOS CULTURAIS PARTICIPATIVOS PARA AS CRIANÇAS

DA COMUNIDADE DOS ARTUROS

OUTUBRO DE 2024

RELATORIA DA OFICINA DE INVENTÁRIOS CULTURAIS PARTICIPATIVOS PARA AS CRIANÇAS DA COMUNIDADE DOS ARTUROS

23 de outubro de 2024

Elaboração: Fabiany Silva

A comunidade quilombola dos Arturos, que reside no bairro Alvorada em Contagem, celebrou seus 10 anos de reconhecimento como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais. Diante deste fato, foi promovido pelo IEPHA-MG, em conjunto com o Centro do Patrimônio Cultural CEMIG, gerenciado pela APPA – Cultura e Patrimônio e a Prefeitura de Contagem, um encontro nos dias 22 e 23 de novembro. A equipe da Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) do IEPHA-MG, constituída pelas servidoras Maria Luiza Dias, Steffane dos Santos, a gerente Nicole Batista e as estagiárias Fabiany Silva e Camilly Aguiar, acompanharam as atividades. No dia 23 de novembro, às 07h30, o grupo saiu do prédio do IEPHA-MG, dirigindo-se à comunidade para participar da programação que se iniciou às 9h com o Café Quilombola – café da manhã carinhosamente preparado pelos Arturos, com a cozinha liderada por Cida. A mesa foi montada com frutas, biscoitos, sanduíches, sucos, café e chá.



Figura 1: Café da manhã preparado pelos Arturos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Após o café da manhã, houve a apresentação da Guarda de Congo Mirim, composta apenas por crianças de idades distintas, entre 5 e 14 anos.



Figura 2: Apresentação da Guarda de Congo Mirim, ao fundo, Capitão Bengala.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 3: Apresentação da Guarda de Congo Mirim.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Após o encerramento da apresentação, as crianças foram conduzidas para a “*Oficina de Inventários Culturais Participativos para as crianças dos Arturos*”, enquanto os adultos participavam, simultaneamente, de uma roda de conversa. A coordenação da oficina ficou a cargo de Goreth, responsável pela educação patrimonial no quilombo. As estagiárias da GPCI, Fabiany Silva e Camilly Aguiar, deram suporte à atividade junto a Ana Paula Trindade, gerente de Identificação e Pesquisa, e Ana Carolina Ministério, gerente de Difusão e Educação.



Figura 4: Oficina de Educação Patrimonial ministrada na comunidade.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Além dos jovens da Guarda de Congo Mirim, outras crianças da comunidade, com idades entre 03 e 14 anos, também participaram da oficina. O objetivo principal da atividade foi a construção de um mapa de memória, no qual as crianças poderiam expressar, por meio de desenhos, suas recordações e conhecimentos acerca de suas referências culturais e da vida em coletivo. Em relação aos mapas produzidos, o resultado aproxima-se do que Ailton Krenak (2022) cunhou de “cartografias afetivas”. Ele afirma que é preciso “imaginar e instituir cartografias de camadas de mundos, onde as narrativas são tantas e tão plurais que não precisamos conflitar uns com os outros quando evocamos uma fundação de mundos”.²⁵ A liderança Krenak sugere que as cartografias afetivas são o meio para alcançar essas camadas de mundos, para que, desse modo, exista um mapa, uma cartografia e uma construção de mundo no qual os rios possam escapar dos danos causados pelo homem, que a vida escape

²⁵ KRENAK, Ailton. Mesa Virtual: Cartografias para adiar o fim do mundo, com Ailton Krenak e Muniz Sodré [transcrição de vídeo online]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=78ikR_oxrtg&ab_channel=Flip-FestaLiter%C3%A1riaInternacionaldeParaty Acesso em: 21 de janeiro. 2025.

da bala perdida e o sentido de liberdade não seja meramente uma condição de aceite. Ele afirma que, nas cartografias afetivas, a vida é uma dança cósmica ²⁶ (KRENAK, 2021).

Muniz Sodré (2021), durante a mesa virtual “Cartografias para adiar o fim do mundo”, organizada pela FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty, após a explicação de Ailton Krenak sobre as cartografias afetivas, afirma que estas agem como instrumentos para uma outra política, a política que deixa de se fundamentar em torno de verbas orçamentárias para partir da agregação humana. Uma política (e uma cartografia) que deixam de ser degradadas para serem escritas *de* e *por* gente, gente diversa e plural. Muniz Sodré (2021) indica que as ponderações de Ailton Krenak não se limitam aos mundos indígenas, elas se expandem e se encontram com as tradições e sabedorias negras e africanas. Perante o exposto, visualizamos a oficina ofertada como um instrumento político, bem como uma prática de salvaguarda que, ao mesmo tempo, é a dança cósmica na qual as crianças dos Arturos produziram seus passos da vida em coletivo.



Figura 5: As crianças da comunidade selecionando as imagens e como as organizariam para montar os mapas, **Fonte:** Arquivo IEPHA-MG, 2024.

²⁶ Neste caso, a referência parte do livro publicado em 2022, “Futuro Ancestral”, uma coletânea de ensaios organizados por Rita Carelli. Os ensaios baseiam-se em diversas palestras, entrevistas, seminários etc cedidas por Ailton Krenak. Posto isso, a referência de 2022 faz menção ao livro, enquanto as de 2021 fazem menção direta a palestra que se encontra em ambiente virtual no YouTube, “Cartografias para adiar o fim do mundo, com Ailton Krenak e Muniz Sodré”, uma das mesas que originaram alguns capítulos de “Futuro Ancestral”.

Foucault (2013)²⁷ é um filósofo que em determinado momento descreveu o corpo como ponto zero. Suas reflexões parecem possibilitar um diálogo com o que foi emitido por Ailton Krenak e Muniz Sodré sobre as perspectivas e cartografias para povos tradicionais. Foucault afirma que o corpo não tem lugar, mas ao mesmo tempo, dele se irradiam todos os lugares do mundo.

É o próprio corpo que retorna seu poder utópico contra si e faz entrar todo o espaço do religioso e do sagrado, todo o espaço do outro mundo, todo o espaço do contramundo, no interior mesmo do espaço que lhe é reservado. Então, o corpo, na sua materialidade, na sua carne, seria como o produto de seus próprios fantasmas (FOUCAULT, 2013, p. 14).

Ao adotarmos essa perspectiva, fica claro que não se trata apenas de viver em um território compartilhado, mas também de reconhecer que o corpo é um território em si, não apenas constituído por mapas, mas também sendo um mapa por si mesmo. Notamos, nesse sentido, que as crianças traduziram em desenhos os mapas que já existiam e estavam formados no seu âmago, resultando em uma experiência única e ilustrações fascinantes.

Para a execução da atividade foram formados 3 grupos. Inicialmente, a proposta intencionava uma distribuição por faixa etária, no entanto, assim que os jovens identificaram as mesas e materiais, escolheram seus próprios conjuntos. Respeitando a vontade de seus ouvintes, Goreth disse a eles que aceitaria a divisão, desde que se comprometessem a fazer silêncio e produzir o trabalho com dedicação — o que, prontamente, eles aceitaram. A servidora Ana Paula Trindade aproveitou a introdução de Goreth para dar início às nossas apresentações, desse modo, nos apresentamos para as crianças informando o nosso nome e qual função desempenhamos no IEPHA-MG.

Em seguida, a palavra foi concedida às estagiárias, Fabiany Silva e Camilly Aguiar, que conduziram uma espécie de “pergunta e resposta” com os jovens. A primeira pergunta direcionada a eles foi se conheciam o significado de cultura. Miguel, de 11 anos, respondeu que a cultura são as ações das pessoas: “é aquilo que a gente faz, né?!” Diante da empolgação,

²⁷FOUCAULT, Michel. 2013. “*As heterotopias*”. In: O Corpo Utópico; As Heterotopias. São Paulo: N-1 Edições.

as respostas começaram a vir de todos os lados: “é o quilombo”, “é os índios” – nesse momento, admiravelmente, uma das meninas que se encontra na pré-adolescência, Tauane, corrigiu sua amiga dizendo “é indígena que fala, não é índio”. Todos se empolgaram perante a pergunta e começaram a responder em uníssono, o que Goreth repreendeu e pediu que, a partir das próximas perguntas, levantassem a mão para responder um de cada vez.

A próxima questão tratou do que eles entendiam por patrimônio e, novamente, as respostas foram surpreendentes (em razão da idade dos presentes), “é a igreja”, “é rezar”, “é aquilo que é importante pra gente”, foram algumas das respostas. As estagiárias parabenizaram-nos pelas respostas e incentivaram que estavam perfeitamente corretos. O patrimônio, como Miguel sugeriu, realmente é aquilo que “é importante pra gente”, é uma forma de resguardar e proteger a memória e os espaços.

A próxima pergunta, então, foi a seguinte: “você se apresentaram hoje, né?! Na Guarda de Congo Mirim. Você aprenderam sozinhos, ou foi algo que veio dos mais velhos? Como você aprenderam?” A resposta, novamente, partiu de vários lados, “dos mais velhos”, “com meu avô”, “com meu pai”. Levando em consideração o retorno das perguntas, foi explicitado que a cultura e o patrimônio estão diretamente relacionados com essa sucessão, uma vez que a cultura é algo ensinado e aprendido pelos mais velhos e repassado para os mais novos, enquanto o patrimônio refere-se diretamente a essa identidade e expressões de um grupo, bem como servem para resguardar e proteger a memória – as explicações foram claras e concisas, adequando-se à idade dos presentes para evitar o desinteresse caso fossem prolongadas.

Camilly deu continuidade à próxima etapa, abordando a diferenciação entre Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material, questionando as crianças sobre o que elas pensavam ao ouvir essas definições. As respostas foram “material a gente consegue ver, pegar, o imaterial não, é que nem o vento, que a gente não consegue pôr a mão”. Ao fim dessa fala, Goreth perguntou “a música a gente consegue pegar? A dança?”, o que responderam em negativa, desse modo, fomos construindo juntos quais seriam os patrimônios materiais e imateriais da comunidade dos Arturos.



Figura 6: Os grupos, já organizados, em processo de produção dos mapas.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Posteriormente, demos início às práticas: foram entregues 1 papel kraft e 2 caixas de lápis de cor para cada grupo, quanto as tesouras, canetinhas, apontador, cola e papéis coloridos, devido a pouca quantidade, foram alocados em uma mesa à parte para que pudessem partilhar em tempos alternados, bem como outros lápis de cor e de escrever.



Figura 7: Mesa alocada no centro da oficina, com materiais de uso compartilhado.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A equipe do IEPHA-MG se alternava entre os grupos para prestar apoio, cortando e colando o que as crianças pediam ajuda, mas também as estimulando para que se recordassem de momentos ou lugares que considerassem importantes: “o que você se lembra que tem perto da porteira?”, “você passa perto da igreja com a Guarda?”, “que desenho lindo, me explica o que você está desenhando?” Assim, com a motivação, os pequenos Arturos nos respondiam entusiasmados e viravam-se para as folhas empunhando lápis, canetinhas e papéis com glitter.



Figura 8: Ana Paula Trindade, Gerente de Identificação e Pesquisa do IEPHA-MG, ajudando com o recorte das imagens.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 9: Camilly Aguiar, estagiária da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA-MG, instruindo grupos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figura 10: As crianças, completamente empenhadas, produzindo seus trabalhos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Em dado momento, Everton, uma das lideranças do quilombo, conhecido também como Tequinho, compareceu à oficina brevemente para acompanhar o andamento. As crianças ficaram eufóricas, pediam ajuda e mostravam os desenhos com bastante empolgação – demonstrando todo respeito e admiração que eles dedicam à liderança.



Figura 11: Everton dando apoio e prestando contribuições aos grupos.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Embora os resultados tenham sido plurais, alguns itens se repetiram em todos os grupos: bandeirinhas azuis e rosa, a cruz, a igreja, o caminho entre a igreja e a porteira (caminho feito pelas Guardas) e as comidas. Um desenho em particular, da Giovana, de 8 anos, despertou atenção dos presentes. Ao ser questionada sobre o significado, ela respondeu com um sorriso tímido: “aqui ‘tão’ os escravos, mas aqui em cima é a Rainha do Rosário cuidando”. A observação destacou como, mesmo entre as crianças, a história oral é presente e significativa, Giovana tem apenas 8 anos, mas conhece e pode esclarecer a quem interessar sobre a história de sua comunidade, sobre o Reinado, o quilombo e sua resistência centenária.



Figura 12: Desenhos da Giovana, de 8 anos, no qual estão presentes escravizados e a Rainha do Rosário.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.



Figuras 13: As crianças desenhando e reproduzindo os caminhos que ligam a comunidade.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Outro aspecto relevante e que consideramos gracioso, foi a postura do pequeno Miguel, uma liderança nata. De forma gentil e educada, designava funções para seus amigos e repreendia momentos de desatenção ou desacerto: “não briga com ele, ele tem só 4 anos, ele não vai saber fazer igual você, deixa ele colorir”. Em determinado momento, Goreth entregou balas, posicionando-as no centro de cada mesa. As crianças mais jovens (e, por isso, de menor estatura) não alcançaram o centro e algumas ficaram de mãos vazias. Ao perceber esse fato, Miguel educadamente pediu que todos devolvessem suas balas, pois não era justo

que alguns recebessem e outros não. As crianças acataram e devolveram as balas para a mesa. Então, Miguel repartiu o doce com quantias iguais para cada integrante do grupo.

O cuidado das crianças com o material foi perceptivelmente minucioso, guardavam tudo assim que terminavam de usar. Mesmo as crianças mais novas tampavam cuidadosamente as canetinhas para que não secassem.



Figura 14: Explicitando a cautela com o material compartilhado, após o uso da canetinha, foi cuidadosamente tampada e guardada nas caixinhas.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.





Figuras 15 e 16: A todo momento, as crianças se ajudavam e dividiram funções, nas imagens acima é possível perceber como se organizavam. Enquanto um cortava, outro ficava responsável por retirar o adesivo do papel e, por último, outro colava no cartaz.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Em certo ponto da oficina, as crianças que já haviam finalizado seus desenhos, conversavam entre si. As mais novas corriam uma atrás da outra e, algumas outras, brincavam com as canetinhas que estavam localizadas na mesa do centro, com os recursos de uso coletivo. Estas últimas, despertaram interesse em virtude da concentração que dedicavam aos desenhos que confeccionavam na própria pele, no pulso, dorso e palma da mão. Novamente, foi possível perceber semelhanças: todas desenhavam o rosário, mesmo que em cores diferentes e com adornos distintos: estrelas, corações, brilho etc. Esse fato se revelou como um detalhe essencial, por um motivo muito importante: não foi um comando, ninguém pediu que as crianças desenhassem um rosário, partiu inteiramente delas, afinal, mesmo após o fim da atividade, não há fim daquilo que se é.

Pedro, ao terminar seu trabalho, cantava baixinho e batucava na mesa canções do Congado. Ao perceber que a equipe fotografava, ficou um pouco acanhado e olhou para baixo, abandonando as baquetas; ao ser questionado se ele sentia constrangimento da câmera, ele confirmou apenas balançando a cabeça. Então, ao ser questionado se ficaria mais confortável visualizando as fotos, pois assim poderia aprová-las, ele concordou e expressou que havia gostado do resultado, após o contato, perdeu um pouco da timidez.



Figura 17: Pedro batendo com as baquetas na mesa
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

É possível traçar um paralelo entre a oficina produzida e o exposto por Foucault (2017, p. 14). Ele diz, “é em torno dele [do corpo] que as coisas estão dispostas, é em relação a ele - e em relação a ele como em relação a um soberano - que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo” e também que é “lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino”. Definitivamente, os mapas são representações das quais as crianças demonstraram seus sonhos vividos, o modo como avançam e interceptam o viver em comunidade.



Figuras 18 e 19: Crianças da comunidade dos Arturos elaborando mapas de memória, resgatando e reconstruindo suas experiências de vida.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Subsequente à conclusão da oficina, as crianças apresentaram seus trabalhos para os ouvintes e integrantes da roda de conversa (que foi finalizada concomitantemente à oficina).



Figura 20: As crianças aguardando serem chamadas para apresentarem seus trabalhos.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

No primeiro grupo a se apresentar, todas as crianças participaram da exposição. O objetivo inicial, definido por elas, era que apenas Miguel apresentasse, no entanto, durante sua fala, ele cedeu o microfone ao seu amigo Pedro, que exibiu uma expressão de surpresa, balançou a cabeça em negativa e sussurrou “não, não”, com certa timidez. Goreth agiu em um socorro solidário, o tranquilizando e solicitando que ele contasse o que gostava de fazer nos Arturos, o que despertava felicidade em ser Arturo. Pedro respondeu que era a capoeira, a guarda e a comida. Ao fim de sua fala, assim como seu amigo Miguel, ele cedeu a palavra aos seus colegas, que, de maneira descontraída, revezavam o momento entre si, assegurando que todos pudessem participar. Miguel, ao fim da apresentação de seu grupo, retomou a palavra para agradecer Bengala, capitão do Congado, destacando sua importância para os Arturos.



Figura 21: Apresentação do primeiro grupo.

Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

A exibição prosseguiu para o segundo grupo, o de Giovana. Esse grupo, composto integralmente por meninas, estava tímido e retraído com os olhares curiosos do público. Apontavam umas às outras, interpelando “fala você!”, “não, fala você!”. Goreth, sempre muito atenta e solícita, interveio prestando auxílio, novamente solicitando que falassem sobre o que gostavam de fazer na comunidade e indicassem no desenho do que se tratava. Assim, notavelmente mais tranquilas, as meninas apontavam para o mapa e explicavam, “aqui é a igreja onde a gente reza”, “aqui são os escravos”, “aqui é o congado”, e assim por diante. Ainda incentivadas por Goreth, escolheram uma das músicas do congado para cantar, recitaram: *“Tá caindo flor, ô, tá caindo flor. Lá no céu, ‘cá’ na terra, ô meu Deus, tá caindo flor”*.



Figuras 22 e 23: Apresentação do segundo grupo.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

O último grupo a efetuar a apresentação foi o formado pelas adolescentes. Elas separaram previamente um pequeno momento de fala para todas as integrantes. Entre os desenhos estavam a casa de cultura, o cruzeiro, a igreja e outros bens materiais que elas consideravam como significativas para as expressões e celebrações culturais dos Arturos. As meninas também prepararam uma música, que elas próprias compuseram, exaltando a figura de Zumbi dos Palmares. Ao fim, recitaram uma poesia, celebrando a cultura de Minas Gerais e dos Arturos, mencionando a comida, paisagens e a grande importância das expressões

culturais do estado. Dedicaram o fim da exposição para agradecer às mulheres da cozinha, em especial à Cida, salientando o quanto a dedicação delas era essencial para a comunidade e suas festas.



Figura 24: Apresentação do segundo grupo.
Fonte: Arquivo IEPHA-MG, 2024.

Ailton Krenak (2022, p.100) evidencia que os primeiros anos de vida “fazem uma cartografia do mundo e fornecem uma espécie de mapa para a vida adulta”. É uma honra inestimável participar ativamente de uma oficina na qual os jovens, ainda em seus primeiros anos de vida, ilustravam para o IEPHA-MG e para sua própria comunidade, cartografias e construções de mundo em que a vida escapa da bala perdida, ilustrando que, de fato, Ailton Krenak (2022) tem razão em afirmar que a significação de liberdade não se encontra meramente em uma condição de aceite. Neste momento, recebemos um convite para participar dessa dança cósmica, na qual o corpo é o ponto zero (Foucault, 2013) e se irradia para todos os lugares do mundo.



APÊNDICE III

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA COMUNIDADE DOS ARTUROS DE 2024

PREPARAÇÃO PARA A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 2024



Figura 1: Biscoitos de canela sendo modelados para a Festa de N. S. do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 4: Produção da massa.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 2: Trabalho em conjunto para modelagem dos biscoitos de canela.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 5: Forno à lenha.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 3: Biscoito tradicional da Festa, corre-corre.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 6: Uso de folha de bananeira para assar biscoito.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 7: Pães antes de assar.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 10: Biscoitos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 8: Pincelamento da calda.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 11: Produção da decoração para a festa.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 9: Roscas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.

CANDOMBE - SEXTA (11/10)



Figura 12: Tambores.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 15: Homem dançando o candombe.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 13: Candombe da Comunidade dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.

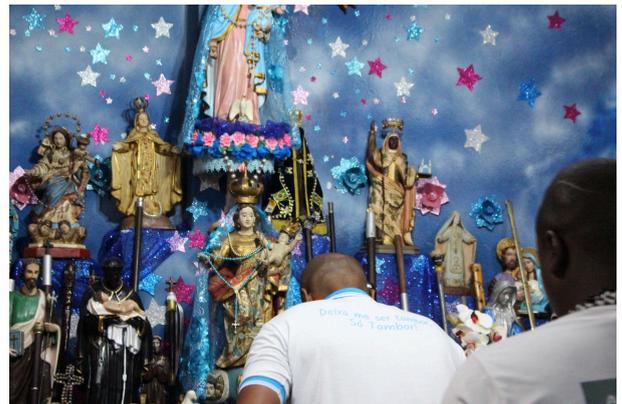


Figura 16: Saudação aos santos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 14: Mulher dançando o candombe.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 17: Altar da Capelinha dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 18: Interior da Capelinha dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 19: Camisa da Comunidade dos Arturos
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 20: Reza no interior da Capelinha dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 21: Homem dançando o candombe.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 22: Candombe.
Fonte: Acervo Iepha-MG.

LEVANTAMENTO DOS MASTROS - SÁBADO (12/10)



Figura 23: Guarda de Congo saindo da Capelinha dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 26: Guardas após levantamento do mastro.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 24: Guarda de Congo rumo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 27: Guarda de congo chegando na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 25: Cruz e bandeira erguida pelas guardas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 28: Imagem de Nossa Senhora Aparecida.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 29: Guarda entrando na igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 30: Levantamento dos mastros no exterior da Igreja de N. S. do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 31: Oração junto à bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 32: Saudação à bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 33: Guarda de congo na Comunidade dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG

DOMINGO



Figura 34: Bandeirinhas cortadas, em cores azul e rosa, para a celebração.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 37: Saudação à bandeira levantada no exterior da Igreja.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 35: Matina na comunidade dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 38: Retorno a comunidade dos Arturos na Matina.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 36: Matina na Igreja Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 39: Saudação à bandeira levantada na Comunidade dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 40: Retorno a Capelinha dos Arturos, pós Matina.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 43: Guarda de Moçambique dos Arturos..
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 41: Saudação à cruz no exterior da Capelinha.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 42: Moçambique dos Arturos na Capelinha da Comunidade.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 44: Detalhes da farda do Moçambique dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 45: Guarda de Congo dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 48: Guardas de Congo e Moçambique
juntas para a Visita de Coroas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 46: Guardas em conjunto para cortejo.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 49: Detalhes da farda da Guarda de
Congo dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 47: Guarda de congo saudando a cruz.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 50: Mastros levantados para a Festa.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 51: Gungas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 54: Detalhes do Rosário usado por moçambiqueiro.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 52: Cruz com Estrela de Davi.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 55: Visita de coroas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 53: Guarda de Congo durante a Visita de Coroas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 56: Visita de coroas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 57: Guardas de Congo e Moçambique saudando a cruz.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 60: Congadeiro no Salão da Comunidade dos Arturos.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 58: Cruzeiro

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 61: Moçambique em cortejo.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 59: Visita de coroas.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 62: Rei e rainha.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 63: Mãe e filho.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 64: Guarda de Moçambique.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 65: Guarda de Moçambique saudando a bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 66: Guarda de Congo saudando a bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 67: Guarda de Congo e Moçambique.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 68: Guarda de Congo saudando a bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 69: Reis e rainhas saudando a bandeira.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 70: Guarda de Congo dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 71: Guarda de Moçambique dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 72: Guarda de Congo carregando imagem de N. S. do Rosário.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 73: Presidente da irmandade acompanhando a imagem de São Benedito durante o cortejo.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 75: Moçambiqueiros acompanhando a imagem de São Benedito.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 74: Imagem de São Benedito.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 76: Detalhes do uniforme da guarda de Congo.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 77: Moçambique dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 80: Coroas posicionadas na igreja.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 78: Guarda de Congado dos Arturos.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 81: Guardas durante a prece à Nossa Senhora.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 79: Guardas em prece



Fonte: Acervo Iepha-MG.
Figura 82: Rainha coroada.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 83: Coroação dos reis e rainhas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 84: Criança da guarda de Congo
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 85: Integrantes da guarda de Moçambique
Fonte: Acervo Iepha-MG.

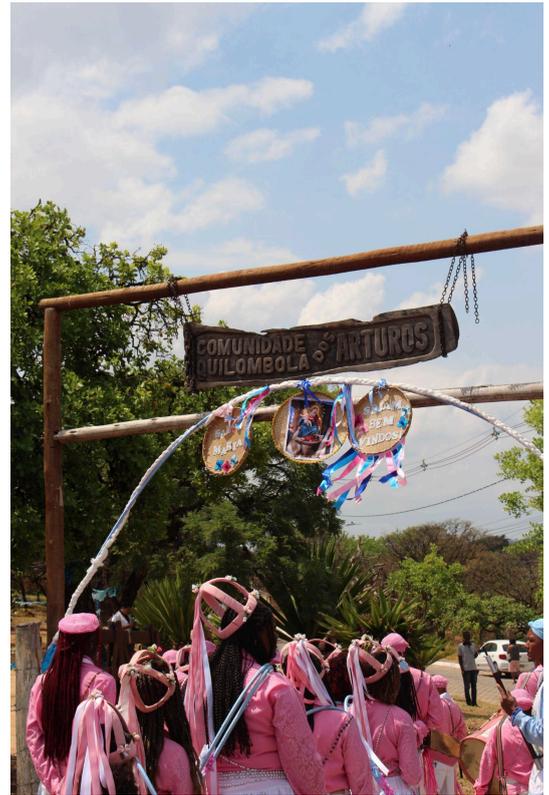


Figura 86: Guarda passando pela porteira da comunidade dos Arturos.



Fonte: Acervo Iepha-MG.
Figura 87: Cozinha dos Arturos, anterior a refeição.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 88: Almoço sendo servido para as Guardas.



Fonte: Acervo Iepha-MG.
Figura 89: Almoço sendo servido para as Guardas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 90: Cozinheiras e quitandeiras servindo o almoço para as Guardas.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 91: Sobremesas
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 92: Membros da comunidade colaborando no preparo do almoço.
Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 93: Membros da comunidade colaborando no preparo do almoço.
Fonte: Acervo Iepha-MG.

VISITA DE COROAS E CONGO MIRIM - SEGUNDA



Figura 94: Mestre Bengala conduzindo o Congo Mirim.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 95: Apresentação do Congo Mirim.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 96: Congo Mirim.

Fonte: Acervo Iepha-MG.



Figura 97: Apresentação do Congo Mirim.

Fonte: Acervo Iepha-MG

SEMINÁRIO 10 ANOS DE REGISTRO



Figura 98: Apresentação do Grupo Filhos de Zambi.

Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 100: Fala de uma das lideranças da comunidade, Gracielly Naiara, ao lado de José Bonifácio (Bengala)

Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 99: Apresentação do Grupo Filhos de Zambi.

Fonte: Acervo Iepha-MG



Figura 101: Fala de uma das lideranças da comunidade, o presidente da Irmandade, Everton.

Fonte: Acervo Iepha-MG